

Diário do Legislativo de 08/10/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

4) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Leonardo Moreira

5) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

6) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB); José Milton (PSDB), Paulo Piau (PP)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente
Piau

Deputado BPSB
Dalmo Ribeiro
Silva

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Jô Bloco
Moraes PT/PcdoB

Deputado PMDB
Leonardo
Quintão

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP
Coelho

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PcdoB

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente
César

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado PP
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo PL
Moreira

Deputado Doutor PFL
Viana

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio BPSP Presidente
Mourão

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado Ermanno Batista BPSP

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Durval Ângelo Bloco
PT/PCdoB

Deputado Leonardo PL
Moreira

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Dalmo BPSB
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco
Prado PT/PCdoB

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente
Pacífico

Deputada Vanessa BPSB Vice-Presidente
Lucas

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes Bloco
PT/PCdoB

Deputado Jayro PL
Lessa

Deputado Chico PMDB
Rafael

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do Ferrotaco PSDB

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Carvalho Roberto Bloco PT/PCdoB

Deputado Quintão Leonardo PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Resende Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdo B

Deputado Sidinho do Ferrotaco PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputado Arlen BPSP

Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB
Lara

Deputado Alberto PTB
Bejani

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdo
B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado PFL
Doutor Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado José Milton PSDB

Deputado Neider BPSB
Moreira

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB
Correia

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria José Hauelsen Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Doutor Ronaldo BPSP Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar BPSP

Deputado José Milton PSDB

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Augusto Laudelino Bloco PT/PCdoB

Deputado Pimenta Carlos BPSP

Deputada Godinho Olinto BPSP

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Gustavo Valadares PFL Vice-Presidente

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Bittar João PL

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputada Pacífico Lúcia BPSP

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Bloco Vice-Presidente
Padre João PT/PCdo
B

Deputado Luiz BPSB
Humberto
Carneiro

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado PFL
Doutor Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco
Hauelsen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPSB
Resende

Deputado João Bittar PL

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPSB Presidente
Maria Olívia

Deputado Bloco Vice-Presidente
Laudelino PT/PCdo
Augusto B

Deputado BPSB
Djalma Diniz

Deputado PL
Antônio

Genaro

Deputado PP
Dimas Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Durval Bloco PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado BPSP Vice-Presidente
Fahim Sawan

Deputado BPSP
Carlos Pimenta

Deputado BPSP
Neider Moreira

Deputado PL
Célio Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco PT/PCdoB
Simões

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Roberto PL
Ramos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues BPSP Presidente

Deputado Alberto Bejani PTB Vice-Presidente

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Santiago Arlen BPSP

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Godinho Olinto BPSP

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto Bejani PTB Presidente

Deputada Marília Campos Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Alencar da Silveira Jr. BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Passos Márcio PL

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Haueisen

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputado Djalma Diniz BPSP Vice-Presidente

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT/PCdoB

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sidinho do PSDB
Ferrotaco

Deputado Carlos Andrada Antônio BPSP

Deputada Ferramenta Cecília Bloco PT/PCdoB

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo César PFL Presidente

Deputada Maria Olívia BPSP Vice-Presidente

Deputado Biel Bloco PT/PCdoB

Rocha

Deputado PL
Márcio Passos

Deputado PMDB
Chico Rafael

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - 22ª Reunião Especial - Destinada à Apresentação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e do Plano Plurianual de Ação Governamental

2.3 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO
MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

*Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PL)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PTB)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PFL)

* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PL)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PL)

* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

José Alves Viana (PFL)

* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PSDB)

* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PMDB)

* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PSDB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PL)

* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PCdoB)

* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PSDB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PFL)

* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PP)

* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmoló Aloise (PL)

* Rêmoló Aloise

Ricardo Duarte (PT)

* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PL)

* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PSDB)

* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

*Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

*Weliton Prado

Em 7/10/2003.

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 6/10/2003

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Djalma Diniz - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Laudelino Augusto - Sebastião Helvécio.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 22ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 2/10/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Mauro Lobo - Palavras do Secretário Antônio Augusto Junho Anastasia - Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Ivair Nogueira - Jô Moraes - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; e Deputado Mauro Lobo, Membro da Comissão de Fiscalização Financeira.

Registro de Presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário da Vereadora Ana Pascoal, dos estudantes dos cursos de Comunicação e Direito da PUC, que integram o projeto Conexão Assembléia com a Escola do Legislativo, e dos integrantes da Associação da Escola Superior de Guerra.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à apresentação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - do quadriênio 2004/2007.

Palavras do Sr. Presidente

As audiências públicas que ora se instalam tomam grande relevância por duas razões especiais. A primeira delas demonstra o pioneirismo de Minas Gerais e de sua Assembléia Legislativa na proposta de uma ampla discussão, com representativos segmentos da sociedade civil, em torno do planejamento da ação governamental e do seu detalhamento para os próximos quatro anos. A outra razão, de igual importância, decorre do entendimento entre os Poderes Executivo e Legislativo, tendo em vista o interesse maior de Minas na busca de sua recuperação e do desenvolvimento sócio-econômico, no contexto de uma difícil situação fiscal.

O PMDI já constitui uma avançada inovação da Constituição Estadual, pois, ao contrário dos PPAGs, não é previsto pela Constituição Federal. Trata-se, portanto, de uma estratégia pioneira de planejamento a longo prazo, que coloca nosso Estado, mais uma vez, na vanguarda nacional. Suas diretrizes devem refletir as aspirações e expectativas do povo mineiro, orientando os programas e ações do PPAG 2004-2007. O documento encaminhado a este Legislativo, por mensagem do Exmo. Governador Aécio Neves, busca, num primeiro momento, o reequilíbrio, para favorecer, em seguida, o salto tão necessário rumo ao futuro, pelo incremento das atividades produtivas, junto à expansão dos mercados consumidor e de trabalho, e, ainda, pelo desenvolvimento tecnológico em face da urgência de superação das desigualdades sociais e regionais e da promoção das camadas menos favorecidas.

As quatro audiências que irão transcorrer neste Plenário, e a que acontecerá no próximo dia 24, em Araçuaí, em expresso reconhecimento à necessidade de integração econômica e social do vale do Jequitinhonha, obterão subsídios ao aperfeiçoamento do PMDI e do PPAG, reforçando seus objetivos e iniciativas estratégicas. Promovidas conjuntamente pela Comissão de Participação Popular e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, essas audiências não pretendem, portanto, apenas apresentar previamente à sociedade a metodologia e o conteúdo dos dois Planos. Os diversos responsáveis pelos 30 projetos estruturadores para o desenvolvimento estadual aqui estarão para aperfeiçoar e democratizar esses instrumentos de gestão, em parceria com o Legislativo e com as entidades patronais e trabalhadoras envolvidas no processo.

As contribuições, como fruto do consenso, levantadas e aprovadas nos grupos de trabalho, serão transformadas em sugestões pela Comissão de Participação Popular, a fim de serem incorporadas ao PMDI e ao PPAG de 2004-2007. Esta Assembléia não apenas defende, mas tem o dever de participar do esforço comum por Minas Gerais. Assim, a busca do entendimento, coroando as grandes aspirações e expectativas sociais, deve permear o trabalho dessas audiências, aprimorando os documentos desenvolvidos pelo Executivo, os quais acusam a importante participação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Esta Casa, por sua Presidência, tem a certeza de que o futuro de Minas começará a se concretizar com os debates que se iniciam e com as acuradas propostas que dele provirão. Muito obrigado!

Palavras do Deputado André Quintão

Sras. e Srs. Deputados, convidados, membros da Comissão Permanente de Participação Popular, Secretário Anastasia, Subsecretário Tadeu Barreto, entidades, cidadãos, servidores desta Casa, destaco o pioneirismo da iniciativa dessa Comissão, criada na atual legislatura. A Mesa da Assembléia, presidida pelo Deputado Mauri Torres, tomou a decisão de implantar aqui comissão dessa natureza, após a criação de uma na Câmara dos Deputados.

Qualquer entidade legal constituída da sociedade civil pode apresentar, sem exigência de número mínimo de assinaturas, projetos de lei, emendas, solicitação de audiências públicas e outros mecanismos de aprimoramento do trabalho legislativo. A importante novidade aponta para a democratização do Poder Legislativo, rigorosamente inspirada na Constituição de 1988, na compatibilização de democracia representativa e direta. Estamos felizes, já que a iniciativa é concreta e objetiva, e os trabalhos iniciaram-se em junho deste ano. Além disso, saliento o pioneirismo em relação ao processo.

Esta Casa já contou com momentos de participação popular na análise da lei orçamentária: as audiências regionais. Um trabalho árduo, que contou com ampla participação da sociedade, empenho dos servidores desta Casa e, infelizmente, não levou à aplicação prática daquelas deliberações, mas foi um processo muito interessante. É a primeira vez que a Assembléia se dispõe, do ponto de vista de abertura popular, a discutir planos estratégicos, no caso o PPAG, que determina as prioridades para os próximos quatro anos, 2004 a 2007, bem como o PMDI, numa visão de futuro, até o ano de 2020.

Aqui estamos, nesta abertura, consagrando dois princípios, dois elementos básicos na recuperação econômica, política e social não só de Minas, mas do País. Em primeiro lugar, a noção de planejamento. Principalmente no campo das políticas públicas, é fundamental o planejamento no conjunto do processo, no diagnóstico, na compreensão de realidades, na formulação de alternativas, na estipulação de metas, diretrizes, na avaliação, revisão e monitoração. Infelizmente, ao longo dos últimos anos, houve pouco planejamento, nesse sentido amplo, no Estado de Minas Gerais. Sabemos que a recuperação político-econômica de Minas Gerais depende de planejamento também.

Relendo o livro do Prof. Otávio Dulci, que se encontra aqui presente, "Recuperação Político-Econômica de Minas Gerais", percebemos momentos em que o Estado avançou, mais exatamente quando houve unificação de setores em torno de projeto comum para Minas Gerais: 1903, no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial; no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de Milton Campos, em 1947, e em outros momentos. Talvez no início do século passado houvesse uma perspectiva mais elitista, em que o interesse de Minas era confundido com o das elites econômicas. Mas esses elementos foram propulsores de um determinado processo de diversificação e crescimento econômicos. Hoje, ao iniciar o processo de discussão de um plano para Minas, estamos incorporando novos atores. E aí está o segundo princípio importante, além do planejamento, que é o componente da participação popular. Não existe projeto ou plano para Minas somente de alguns segmentos, daí a importância de abriremos o espaço, além dos processos que ocorreram no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dentro das prerrogativas do Legislativo, para uma ampla participação da sociedade civil: especialistas, entidades, cidadãos, setores. É importante que o resultado desse processo incorpore à construção de planos para Minas visões diferenciadas. E a participação é um componente fundamental para a consecução de planos. Sabemos que, para a execução, o êxito, para que os resultados de um plano se tornem efetivos, a participação e a adesão social são componentes estratégicos.

Ontem perguntavam-me sobre a situação financeira do Estado. Diziam-me que este se encontra em dificuldades, com suas finanças combalidas, e queriam saber como discutiríamos a avalanche de demandas. Incorporamos e incluímos um conceito novo nesse processo de discussão. Há políticas e projetos estruturadores. Nessas audiências, discutiremos não somente novas demandas, mas também o conteúdo das políticas propostas. Não basta gastar "x" com saúde, educação e habitação; devemos avaliar se está sendo bem gasto, retornando ao cidadão, e se o rumo da política pública é adequado. É absolutamente legítima a demanda específica, ou seja, a ponte, a escola e o posto de saúde. Damos um salto de qualidade. Discutiremos políticas estruturantes para a recuperação do Estado. O posto, a estrada e a ponte dependem de um processo de recuperação política, econômica e social do Estado, num contexto nacional e atual de mudanças.

Minas Gerais participa ativamente. O processo nacional depende de sua participação no cenário nacional, seja na área política, econômica ou na questão social, tecnológica e ambiental.

Sr. Presidente, registro, primeiramente, o pioneirismo e a importância dessa mudança e desse novo ingrediente de conteúdo de participação popular. Desejo ser justo com o Sr. Presidente e a Mesa. V. Exa. foi determinante na implantação da Comissão de Participação Popular e na deflagração desse processo interno na Assembléia. Sem a participação e o apoio da Mesa e do corpo técnico e o esforço dos órgãos e das assessorias, esse processo não se iniciaria. Sei das limitações. A primeira vez é um aprendizado. A cada audiência devemos aperfeiçoar o processo.

Registro também a parceria com a Secretaria de Planejamento. O Deputado Mauro Lobo e eu nos encontramos com o Secretário Anastasia. Nesse encontro apresentamos as prerrogativas da Comissão e a nossa deliberação política de promover um processo participativo. Imediatamente tivemos o seu acolhimento e, principalmente, a sua determinação em realizar, juntamente com a Assembléia, o processo de audiências públicas. Nesta Casa, neste momento, essa construção coletiva leva-nos a um ponto de convergência. Isso será fundamental, pois, além do processo participativo de opinião das pessoas, dos setores e das entidades, há também - serei claro - um processo político de deliberação sobre as sugestões apresentadas.

Finalmente, digo que esse processo não se encerra na quinta audiência pública. Felizmente, o PPAG contém um dispositivo nesse sentido, determinando a realização de processos participativos de avaliação dos planos, aprovados na Assembléia. Às vezes nem plano existe. Então, é bom que haja plano e que seja construído com a participação popular. Aliás, é isso que promovemos. É importante que o plano não fique no papel e que as metas traduzam-se na vida concreta do cidadão. A participação popular também é importante, pois é o elemento de acompanhamento, de avaliação, de revisão e de pressão, a fim de criar condições para que o plano altere a vida das pessoas. Nesse sentido, construímos internamente e com o Governo Estadual mecanismos indicadores de monitoramento participativo, de acordo com o plano que sair desta audiência, de maneira descentralizada.

Nesse processo não foi possível realizar audiências públicas em todas as regiões de planejamento do Estado, devido até ao prazo. Aliás, o Presidente fez menção à realização de uma audiência em Araçuaí. Escolhemos as regiões Norte e dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, devido à prioridade social e aos IDHS.

Nossa determinação é que os processos subsequentes de avaliação das metas descentralizadas sejam feitas por meio de audiências públicas regionalizadas.

Estamos iniciando um processo que não se esgota com a votação do plano, pelo contrário, estamos construindo uma parceria coletiva de monitoramento dos planos a serem aprovados por esta Casa.

Hoje faremos a abertura dos trabalhos, com diretrizes gerais e metas, para compreendermos o todo do processo. Nosso calendário: dia 9, Bloco de Desenvolvimento Econômico; dia 16, Bloco de Desenvolvimento Social; dia 24, audiência em Araçuaí; dia 30 - reforma administrativa, gestão do Estado.

Com exceção do dia de hoje, faremos trabalhos, a partir do dia 9, com palestras gerais temáticas e grupos de trabalhos específicos na parte da tarde, para aprimorarmos os projetos estruturadores apresentados pelo Governo. Essa foi a nossa opção metodológica na condução dos debates. Mas isso não significa que temas que não constam nesses projetos não possam ser debatidos. Deixo isso claro. Conversei com pessoas da UEMG, da Defensoria Pública e da Assistência Social, e a metodologia de discussão em torno dos projetos foi acertada com o Governo, já que tínhamos de escolher um caminho. Isso não impede a discussão do conjunto do orçamento do PPAG e do PMDI, já que essa é uma prerrogativa da Assembléia. Esse é um processo novo.

Peço desculpas, em nome da Comissão, pelas eventuais falhas que, com certeza, o processo terá. De Minas daremos o exemplo a todo o Brasil. Estivemos num encontro de comissões de participação popular de outras Assembléias, e nenhuma delas encaminha discussão de PPAG, de Plano de Desenvolvimento Integrado, de maneira participativa. Então, esse processo servirá não só a Minas, mas também a outras Assembléias do nosso País.

Congratulo-me com todos os presentes, registrando, mais uma vez, meu profundo agradecimento em nome da Comissão. Agradeço aos servidores desta Casa, que nos auxiliaram no Fórum Mineiro de Participação Popular, bem como às entidades da sociedade civil que nos ajudaram a elaborar este processo. Neste momento, em que o povo brasileiro tem grandes esperanças de mudanças, é muito bom que a participação, o planejamento e a integração institucional entre os vários níveis do Governo aconteçam, respeitando-se as divergências e colocando-se o interesse público e o interesse do Estado acima delas. Essas divergências se somam na construção de um plano para Minas, porque, para que se imponha na realidade nacional, é preciso que haja amplo consenso dentro do Estado. A Assembléia, por sua própria natureza, é o espaço adequado para repór o povo de Minas no cenário nacional, com melhor qualidade de vida para todos.

Muito obrigado. Que Deus ilumine nossos trabalhos.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Com a palavra, o Deputado Mauro Lobo.

Palavras do Deputado Mauro Lobo

Quero cumprimentar o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular e que preside os trabalhos no momento. Saúdo o Secretário de Planejamento e Gestão, Dr. Antônio Augusto Junho Anastasia; o Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento, Tadeu Barreto Guimarães; os Deputados e o público presente.

Estamos iniciando em outubro a discussão de três grandes projetos: o PMDI, o PPAG e o próprio orçamento, visando à recuperação econômico-financeira do Estado. Temos também os programas estruturantes e ações voltadas para o outro lado. Apesar de querermos investimentos e o desenvolvimento do Estado, a área pública tem de se preocupar cada vez mais em encontrar o equilíbrio econômico-financeiro e a austeridade de gestão.

Essa é uma imposição da sociedade. E, quando me refiro ao Estado, faço-o no sentido amplo. Estamos debatendo a reforma tributária em nível federal. E percebemos que, nessa questão, há uma discussão ampla da União com Estados e municípios, mas, no nosso entendimento, não há tal discussão com a sociedade sobre a reforma tributária. A sociedade sustenta o Estado e não está tendo a devida voz nesse processo.

Por iniciativa do então Deputado e Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, foi criada a Comissão de Participação Popular, que serviu de modelo para a nossa. Realizaram-se discussões do PPAG em nível federal, com várias audiências públicas nos Estados, mas sentimos que a participação popular não está presente como deveria, no que diz respeito a essas reformas.

Essa é uma questão importante. Para que qualquer planejamento seja bem-sucedido, é necessário que as partes envolvidas acreditem na proposta e estejam dispostas a cooperar para o seu bom encaminhamento. Vejo com um otimismo maduro iniciativas como a de hoje, cujo objetivo é criar condições para que sociedade dê sua contribuição e também permitir que o próprio Governo exponha a sua realidade, o que pretende fazer para a sua recuperação. Nesse entendimento do Governo com a sociedade, deve haver uma interação positiva e necessária para que as mudanças ocorram.

Como Deputado membro de comissões permanentes diretamente envolvidas nesse processo, estou confiante em que a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado e a sociedade mineira, integrem, apresentem boas propostas. Propostas exequíveis, que, no próprio encaminhamento e desenvolvimento do processo, deverão ser monitoradas e ajustadas. A partir dessas iniciativas, poderemos sair do discurso e agir. Precisamos mostrar ao País que Minas é capaz de fazer propostas que modifiquem essa estrutura.

Faço votos de que este evento seja um marco no desenvolvimento econômico, social e político do nosso Estado e do nosso País.

Temos a convicção de a sociedade, o Legislativo e o Executivo darão sua contribuição para que haja esse real desenvolvimento do nosso Estado. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Antônio Augusto Junho Anastasia

Sr. Presidente, Deputado André Quintão, grande inspirador dessas audiências; Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Dr. Tadeu Barreto Guimarães; Deputado Mauro Lobo; Srs. Deputados; dirigentes de órgãos da administração pública estadual; membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado; dirigentes de entidades de classe; representantes de associações comunitárias; membros do corpo técnico da Assembléia Legislativa; senhoras e senhores que participam desta primeira reunião das audiências públicas relativas ao PMDI e ao PPAG para o próximo quadriênio.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de fazer eco a suas palavras e de rejubilar-me com a Assembléia Legislativa pela iniciativa meritória de instituir a Comissão de Participação Popular, porquanto isso vai aprimorar o processo democrático no nosso Estado. Como o senhor bem sabe, o Governador Aécio Neves, à época Presidente da Câmara dos Deputados, inovou na história do Parlamento brasileiro ao criar uma comissão com esse mesmo objetivo no âmbito federal. E Minas Gerais fez muito bem na sua esfera legislativa, ao dar seqüência a esse passo, criando-a também no âmbito estadual, sob a sua lúcida presidência. E fico ainda mais satisfeito porque, o senhor mesmo o disse, inauguram-se os trabalhos desta Comissão com um assunto tão relevante, tão importante, como a discussão dos planos para o futuro do Estado de Minas Gerais, o PMDI e o PPAG.

Naturalmente, a função de planejamento do Estado está sendo recomposta aos poucos. É fundamental, em um momento como o que atualmente atravessamos, de crise e de dificuldades, que haja essa esperança de visualizar o futuro e de identificar as prioridades, as estratégias, as vertentes, os objetivos e as metas. Como vamos realizar isso? Esse trabalho não é solitário, isolado, um trabalho somente do Poder Executivo. Não. É um trabalho de toda a sociedade mineira e, como o senhor bem disse, não se exaure na própria aprovação pelo Poder Legislativo. Desdobra-se muito além, porque um plano só terá êxito no momento em que receber a adesão integral da sociedade, de todos os seus estamentos.

Então, no momento em que tivermos tantos projetos estruturadores e esses projetos ficarem gravados indelevelmente em cada cidadão mineiro, aí, sim, teremos um plano vitorioso, porque ele estará formando parte da alma de Minas Gerais. E, como o senhor disse, não será mais - todos tentaremos evitar que seja - um plano composto de um amontoado de papéis, que, apesar das boas intenções, não tem efetividade, eficiência e eficácia comprovadas na atividade cotidiana, não só da administração pública, mas também das empresas, da sociedade civil, do terceiro setor, ou seja, de todas as forças vivas da sociedade, que têm de se irmanar para que Minas Gerais se desenvolva com o Brasil. E não apenas isso: vai além do desenvolvimento nacional, para que Minas, de fato, se recomponha. A grande meta síntese que temos, de toda a sociedade mineira e que consta dos planos, é a de melhorar o IDH, hoje o 11º do Brasil. No futuro, teremos condições de nos orgulhar por termos participado desse processo em conjunto.

Portanto, faço esta palavra preliminar e propedêutica, Sr. Presidente, para cumprimentar a Assembléia pela iniciativa e, especialmente, ao senhor e ao Deputado Mauro Lobo, muito dedicado a essa atividade, juntamente com os demais parlamentares. Quero reiterar a disposição firme do Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Gestão e de todas as demais secretarias, com a expressa determinação do Governador Aécio Neves de colaborar, participar, interagir e discutir, a fim de que tenhamos dois planos que sejam aprovados com o respaldo da sociedade e que, a partir de agora, de fato, possam fazer parte do cotidiano, da nossa realidade.

Feita esta introdução, quero dizer aos senhores que estou falando da tribuna porque vai haver uma exposição, e assim fica mais fácil. Faremos uma exposição, eu e o Subsecretário Tadeu Barreto, que coordenou a equipe encarregada da elaboração do planejamento estratégico e a quem, mais uma vez, cumprimento publicamente pelo seu trabalho inovador e meritório, com esforços hercúleos e ingentes, dia e noite, para chegarmos a essa conclusão. De fato, os senhores, que conhecem e estudam o assunto, percebem que o plano é inovador em relação aos demais. A exposição se dividirá em duas partes. Falarei em primeiro lugar, e ele completará para dar uma visão inaugural do que significa esse planejamento estratégico composto dos objetivos dos projetos estruturadores, que depois serão debatidos nas outras audiências, com os respectivos gerentes. Os 30 gerentes dos projetos estarão aqui na Assembléia Legislativa, e alguns deles, no evento em Araçuaí, para discutir com a sociedade as características desses projetos estruturadores. Daremos início às transparências.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Planejamento estadual é metodologia de elaboração, quer se trate do PMDI, quer do PPAG. O PMDI, como mencionado pelo Deputado Mauri Torres na abertura, resulta de uma disposição da Constituição mineira, inovadora em relação à Constituição Federal, e representa esforços conjuntos do Poder Executivo, dos Poderes do Estado e também da sociedade civil organizada para um planejamento indicativo para o setor privado e, claro, não digo cogente, mas com a força própria das leis para o setor público. Ele congrega esforços elaborados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, composto pelos Poderes Executivo e Legislativo e por representantes da sociedade civil, como em instantes mencionarei.

O PPAG, por sua vez, corresponde, no âmbito federal, ao PPA, plano plurianual de ação governamental que se desdobra pelo próximo quadriênio.

Há evidentemente uma relação visceral entre ambos, na medida em que o PPAG se inspira no PMDI e as leis orçamentárias anuais baseiam-se no PPAG para alocar os recursos necessários para implementação dos projetos, metas e ações ali colocados.

Esse texto diz que o primeiro passo para a elaboração do PMDI foi uma análise retrospectiva da situação atual de Minas Gerais, com seu diagnóstico, potencialidades e oportunidades, para indagarmos onde estamos. É num retrato da situação atual que nos baseamos para os próximos passos.

Aí, chegaríamos à segunda pergunta: onde podemos chegar? Qual é nossa situação ideal? Para tanto, foi elaborado e consta do documento algo muito inovador e interessante, que são cenários exploratórios de Minas Gerais para 2020, com variantes, condicionantes do futuro, incertezas críticas, cenários prováveis, principais indicadores. Daqui a pouco, voltarei a falar desses cenários exploratórios para 2020, que, claro, constituíram um exercício feito por membros do Conselho e do Governo, para que tivéssemos uma espécie de vislumbre das opções que teríamos diante de alterações possíveis da realidade brasileira e mineira.

Essa visão de futuro, de longo prazo, para 2020 foi elaborada com base em cartas concebidas por pessoas convidadas, que descreveram qual seria a Minas Gerais ideal no ano de 2020, inserindo todo tipo de tema: educação, saúde, esportes, lazer, economia, desenvolvimento científico e tecnológico.

Essa visão de futuro foi muito importante para nós, pois não adianta ficarmos centrados em planejamento somente em curto e médio prazos; temos de vislumbrar no mundo competitivo quais são as oportunidades que Minas Gerais terá num futuro que se desdobra até 2020. Claro que aqui temos tão-somente um planejamento de natureza indicativa.

Com o amálgama do balanço dos cenários exploratórios, da visão de longo prazo dessa indagação, vejamos como podemos chegar a isso, quais são nossas estratégias, como podemos fazer para alcançar essa situação positiva, não digo idílica, mas com o grande empenho de toda a sociedade. Aí temos, portanto, as orientações estratégicas para 2003-2006, com as opções estratégicas e a agenda de prioridades, que explicarei daqui a alguns instantes e que constam igualmente no PMDI.

O resultado são iniciativas estratégicas mais detalhadas que constam no PMDI e que entram na esfera do PPAG, um documento de natureza orçamentária, o orçamento plurianual, já mais detalhado, no qual temos os projetos estruturadores que receberam em seu conjunto os 30 projetos que serão debatidos nessas audiências públicas como projetos gerais, englobando o nome de todos. E esses projetos gerais, por sua vez, desdobram-se em programas prioritários. Como mencionou o Deputado André Quintão, o fato de diversas atividades do Estado não estarem no rol dos 30 projetos estruturadores não significa que o poder público não realizará aquela atividade. Ao contrário, uma miríade de programas e ações também prioritários constam no PPAG, mas não estão na metodologia dos chamados gerais, que são os 30 projetos estruturadores do PPAG e que serão detalhados durante a seleção desenvolvida pela Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa.

Em razão disso, desdobramos os orçamentos anuais. No dia 30/9, o Governador encaminhou à Assembléia o PMDI, o PPAG e o orçamento anual para 2004, que reflete as prioridades e estratégias. Ainda que, sob o ponto de vista orçamentário e fiscal, estejamos atravessando uma situação de crise, de déficit orçamentário, estamos empenhadíssimos em reverter esse déficit e pretendemos fazê-lo neste quadriênio.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, pela Constituição mineira, é o responsável pela elaboração do PMDI. Não é um documento elaborado de maneira solitária pelo Poder Executivo, ainda que o Governador presida o Conselho e tenha a iniciativa de encaminhar o projeto de lei à apreciação do Poder Legislativo. Portanto, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que elabora e aprova o plano e o submete à apreciação da Assembléia, tem a seguinte composição: o Governador, o Vice-Governador, um representante da Assembléia - que foi a Deputada Ana Maria Resende, que participou de todas as reuniões -, representantes da UFMG e da UEMG, os 17 Secretários de Estado, 7 Presidentes de empresas, institutos e fundações do Poder Executivo, a Presidente da Associação Mineira de Municípios, representando a esfera municipal; representantes de entidades de classe, representativas dos empresários e dos servidores públicos, e das centrais sindicais, ou seja, a representação do capital e do trabalho; e ainda 10 cidadãos designados pelo Governador, livremente escolhidos, representando diversas opiniões, vertentes e posições relativas a temas e a inclinações de gosto pessoal. Entre eles cito, sem prejuízo dos demais, o Ministro João Camilo Pena e o Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade, que se encontra neste Plenário.

Houve 121 contribuições encaminhadas por 18 entidades. Diversas questões foram incorporadas por serem pertinentes ao plano, outras foram encaminhadas a secretarias de Estado, porque várias sugestões não eram pertinentes ao plano, mas eram programas, ações ou sugestões relativos ao poder público e foram encaminhados às secretarias competentes; e outras, que estavam fora do PMDI, também foram analisadas conforme esse critério.

Aqui vemos a questão dos cenários exploratórios, a incerteza crítica que mencionei na primeira exposição. Como evoluirá o ambiente econômico, político e institucional mineiro nos próximos 20 anos? É claro que ninguém tem uma bola de cristal ou a capacidade das pitonisas da antiga Grécia para vislumbrar como será o futuro, mas a função planejamento exige e impõe a necessidade de estabelecer-se esse cenário, como acontece até na nossa vida particular, quando planejamos o nosso futuro. Portanto, o poder público passou a ter a possibilidade de antever esse cenário e jogar com essas alternativas, tendo opções no caso de acontecer o cenário A, B ou C.

Dentro desse quadro, temos essa cruz. No primeiro quadro, caso o Brasil tenha um desenvolvimento sustentado da economia nacional e Minas Gerais consiga um ambiente político, econômico e institucional eficiente e competitivo, teremos um cenário favorável nacionalmente, e Minas Gerais conseguirá fazer o seu dever de casa. Esse cenário primeiro é o melhor cenário, que é a conquista do melhor futuro. Dentro do ambiente de crescimento nacional, Minas Gerais se desenvolve bem em um ambiente favorável, cuja descrição e detalhamento, no PMDI, foi encaminhada aos parlamentares. Esse seria o cenário ideal.

No segundo cenário, temos que o Brasil caminhou bem. O Brasil se mantém no quadro de desenvolvimento sustentado da economia nacional. Todavia, em Minas Gerais há, no prazo de 2020, um ambiente econômico, político e institucional ineficiente e fragilizado. Ou seja, nós, mineiros, não conseguiríamos reverter a situação e teríamos dificuldade de implementação das medidas. Portanto, o Brasil vai bem, e Minas

Gerais não iria tão bem. É um cenário que ninguém deseja, mas foi objeto de estudos.

O terceiro cenário é aquele no qual o Brasil entra numa situação de economia nacional em ritmo de "stop-go", ou seja, é uma economia nacional que não se desenvolveu na sua plenitude, sofre ainda das vicissitudes, das mazelas que estamos enfrentando ainda nos dias de hoje. Então, nesse quadro, com uma economia nacional que ainda não deslanchou, Minas Gerais, todavia, realiza o seu empenho, organiza-se e consegue esse ambiente político, econômico e institucional eficiente e competitivo. Teremos um cenário chamado superação de adversidades. O quadro nacional não é positivo, mas Minas consegue ajustar-se melhor do que o quadro nacional.

Por fim, temos o cenário negativo, que ninguém deseja e Deus queira jamais ocorra, mas que é objeto de estudos. É o cenário 4, de decadência e empobrecimento, no qual há uma conjugação de fatores perversos. A economia nacional vai mal, tem as suas dificuldades, fica na linha do "stop-go", e Minas Gerais mantém esse ambiente político, econômico e institucional fragilizado e ineficiente. É o cenário de decadência, que tenho a convicção de que jamais ocorrerá, mas isso dependerá do nosso esforço conjunto.

Como resultado desses cenários, este gráfico representa projeções do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, que é um dos indicadores fundamentais para medir o crescimento social. Aí temos um dado que parece a todos nós mais justo do que o PIB, porque é um dado que envolve questões relativas a longevidade, saneamento, educação, expectativa de vida, grau de instrução, renda. É um dado realizado de maneira pioneira e muito bem-feita, em Minas Gerais, pela Fundação João Pinheiro, cuja metodologia se espalhou por todo o Brasil e que está se aprimorando. Ainda em outubro virá a lume uma nova metodologia.

Observamos, então, que Minas Gerais, hoje, está com 0,77; é o 11º IDH do Brasil. Minas Gerais tem a segunda população, a segunda ou terceira economia, uma das primeiras arrecadações do Brasil, mas, lamentavelmente, em termos de IDH, estamos em 11º lugar - um quadro que não agrada a ninguém nem é simpático aos mineiros. Somos compelidos a reverter esse indicador.

Observamos que, no primeiro cenário, o ideal, no qual temos uma situação federal favorável a ser desenvolvida no Estado - e aqui são projeções, prospecções, estudos, análises do futuro, não é nada matemático -, vamos, em 2020, para um IDH de 0,88. É bom dizer que o IDH de 0,80 já sinaliza um patamar considerado, internacionalmente, como de alto desenvolvimento humano. Se chegarmos a 2020 com o indicador de 0,88, certamente estaremos entre os dois primeiros lugares no Brasil; é o melhor cenário de todos e - claro - é aquele para o qual nos empenharemos.

Nos outros cenários, chegaríamos com 0,86, 0,84 ou 0,81. Mesmo no pior cenário, o 4, quando chegamos com 0,81, há a superação da marca de 0,80. Faço um alerta e abro um parêntese: a modificação do IDH não é feita do dia para a noite; é lenta, gradual, demorada e consolidada aos poucos. O próprio crescimento do Estado eleva o IDH. Os senhores podem pensar que 0,7 não é nada, mas é muita coisa, e demoramos muito para alcançar esse valor. Por isso o nosso empenho para chegarmos ao cenário 1, o de 0,88. As diferenças não são grandes, mas o sentimento desses percentuais no seio da população mineira será muito expressivo não só para a estima dos mineiros, mas para a nossa posição na Federação. O mais importante de tudo, como mencionou o Deputado André Quintão, é o sentimento, a perspicácia da população mineira relativa a serviços públicos a favor da sociedade mineira.

Esse quadro consolida a visão de conjunto. A visão de futuro que está ali torna Minas o melhor Estado para se viver. O empenho para isso é a meta síntese de todo o planejamento, é o empenho que devemos ter em todas as esferas do Governo e da sociedade, ou seja, o objetivo. Essa idéia está incrustada em cada membro do Poder Executivo, e é nosso dever espraiá-la à sociedade civil para que essa idéia-força se torne, de fato, a idéia-síntese. Queremos tornar Minas Gerais um dos melhores Estados para se viver, em todas as características, inclusive no IDH, e em todas as regiões. Esse é o nosso empenho, a nossa visão de futuro. Tenho certeza de que Minas Gerais chegará lá.

Da visão de futuro, desdobramo-nos em opções estratégicas, que são três. Elas moldurarão, serão parâmetros para todas as demais iniciativas. Devemos reorganizar e modernizar a administração pública estadual. Todos sabemos que a administração pública, que, no passado, foi considerada a melhor do Brasil, enfrenta hoje diversas dificuldades, que devem ser superadas, porque somente o funcionamento azeitado, adequado do aparato estatal permitirá a fruição pela sociedade dos bons serviços públicos. Por isso, a primeira opção estratégica é reorganizar e modernizar a máquina estatal ou a administração pública estadual.

O segundo é promover o desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, nos seus mais diversos setores: educação, saúde, energia, habitação e transporte.

E aí há elenco de ações refletindo no desenvolvimento socioeconômico sustentável. Não bastam boa administração pública e desenvolvimento econômico e social do Estado. Lembrou-se que Minas Gerais precisa recuperar vigor político, a presença do Estado na Federação. Há alguns anos, a Constituição de 1988 não caminhou bem, não fortaleceu o federalismo. Nos últimos anos assistimos à concentração cada vez mais forte de poderes nas mãos da União. Portanto, o vigor político do Estado de Minas, pelas tradições políticas, culturais e históricas, certamente levará à revisão do pacto federativo e ao equilíbrio dessas forças. Por isso é imprescindível a recuperação do vigor político.

Nas últimas etapas, o Governador tem participado ativamente. Mas cabe também aos Poderes Judiciário e Legislativo e, especialmente, às lideranças da sociedade civil mineira, empresários, trabalhadores do terceiro setor, universidades, segmentos da academia, das artes, dos esportes demonstrar que Minas precisa sair na frente, não em competição com os outros Estados. Demonstrando-se de fato o peso de Minas como equilíbrio da Federação, evitar-se-á quadro de decadência tão nocivo.

Passamos para os dez objetivos prioritários na elaboração do planejamento, desdobrando-se em projetos estruturadores. Os objetivos, fruto de consenso firme no âmbito do Conselho Econômico e Social, serão aprimorados pelo Poder Legislativo, mas representam pálio bastante amplo de temas a que são sensíveis os mineiros.

Melhorar substancialmente a segurança dos mineiros, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse assunto traz preocupação cotidiana cada vez mais crescente.

Prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na ampliação e na recuperação da malha rodoviária e do saneamento básico. Pela posição mediterrânea e central, cortada por rodovias federais, Minas encontra-se em processo de sucateamento dessa estrutura. Portanto, empenhamo-nos em mudar a situação. Temos o sonho de ligar os municípios mineiros por asfalto, já que 224 não estão ligados por asfalto à malha principal do Estado. Isso também se desdobra para a área de saneamento básico. Os estudos acadêmicos desenvolvidos na área de saneamento básico pelos mais renomados especialistas, como o Prof. Leo Eller, da UFMG, demonstram que investimento em saneamento básico é o que mais surte efeito sobre a saúde pública, segundo indicadores da universidade.

Melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão por intermédio da oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente saúde, educação e habitação. O Estado existe para prestar serviços públicos à sociedade. A imagem liberal dos séculos XVIII e XI era tão-somente prover a segurança externa e cobrar tributos. Entretanto, temos necessidade de oferecer essas comodidades, que refletem nos serviços públicos. Não basta prestar o serviço; é preciso que haja qualidade, o que foi mencionado, de maneira enfática, pelo Deputado André Quintão. O cidadão usuário tem de sentir, no seu dia-a-dia, a melhoria dos serviços. Daí o empenho por intermédio do princípio da eficiência.

Intensificar a atuação do Governo na questão do meio ambiente, transformando em oportunidade o desenvolvimento sustentável do Estado.

Hoje todos sabemos que, felizmente, já se passou o tempo em que o desenvolvimento se fazia à custa de depredação ou degradação do meio ambiente, e temos aqui uma área fundamental, considerada prioritária pelo poder público. Depois, contribuir para a geração de empregos através de iniciativas e incentivo a atividades que incluam jovens, mulheres, segmento populacional mais maduro no mercado de trabalho. Hoje, se foi feita uma enquete na opinião pública, constatamos que a questão mais levantada sempre é o emprego. Atravessamos, não só em Minas, mas em todo o Brasil, uma situação de busca de emprego, de alto índice de desemprego, principalmente nas regiões metropolitanas, em que os segmentos mencionados são mais fragilizados. Portanto, é fundamental que o poder público, em articulação com a sociedade, faça essa mudança, é esse um dos objetivos prioritários.

Fomentar o desenvolvimento econômico estadual, com ênfase no agronegócio, de forma regionalizada e com mecanismos inovadores que não comprometam as finanças estaduais. Aqui temos um dado fundamental: é imprescindível que o desenvolvimento do Estado se ampare no desenvolvimento econômico porque, do contrário, não teremos recursos suficientes para lastrear os serviços públicos e prestar esses serviços, o que é feito com base no que se arrecada. O desenvolvimento econômico, portanto, é inafastável disso. A citação da ênfase no agronegócio dá-se em razão da possibilidade que temos, em Minas Gerais, por suas características físicas, geográficas e históricas, de expansão muito maior no setor do agronegócio, inclusive agregando valor aos produtos. Lamentavelmente, Minas Gerais ainda é um Estado exportador de matéria-prima não elaborada; não agregamos valor aos nossos produtos, quer minerais, quer na área agrícola ou do "agrobusiness".

Reduzir desigualdades regionais com prioridade para a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Temos uma situação interessante em Minas. Até por sermos Estado-síntese da Federação, Minas Gerais convive, em seu território, com regiões de desenvolvimento humano e econômico completamente desbalanceadas. Uma, é a realidade do Norte, do Mucuri e do Jequitinhonha; outra, é a realidade do Triângulo, do Sul, da região metropolitana. Todas as regiões, todo o Estado clama e necessita de investimentos, de ter seu desenvolvimento. Mas o IDH do Estado como um todo só alcançará os patamares almejados se tivermos uma ação mais coordenada, efetiva, nas regiões mais fragilizadas, do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri, aliás objeto da criação de uma secretaria regional, única no Brasil, para articular e coordenar as ações governamentais naquela área.

Estabelecer um novo modo de operação no Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública por meio do efetivo choque de gestão que procura o aprimoramento do funcionamento do Estado. Aqui temos necessidade de equilibrar as finanças porque, do contrário, não teremos acesso a recursos nacionais. Esse equilíbrio financeiro não se faz por vaidade, pois, sem ele, não recebemos recursos federais, internacionais e não agregamos valor aos nossos produtos, porque não haverá investimentos no Estado. O primeiro compromisso é com o equilíbrio das finanças, aliás cobrado diuturnamente pelo Governo Federal, através da Secretaria do Tesouro Nacional, com a qual firmamos, em março deste ano, o primeiro acordo nacional com os Estados. Precisamos desse equilíbrio, e as peças orçamentárias têm de refleti-lo, ainda que isso nos cause sacrifício e dificuldade. Isso é imprescindível porque, do contrário, cairemos em cenários negativos, num círculo vicioso em que o Estado, com suas finanças comalidas, não consegue atrair investimentos para seu território.

Viabilizar novas formas de financiamentos e empreendimentos, construindo um novo marco legal orientado para as PPPs. Hoje, uma coqueluche nacional, na União, nos Estados e nos municípios, a idéia da PPP, em que Minas Gerais é inovadora. O primeiro projeto de PPP encaminhado no Brasil o foi pelo Governador Aécio Neves à Assembléia Legislativa de Minas e se encontra em tramitação nesta Casa, pretendendo harmonizar investimentos entre o poder público e a iniciativa privada, na medida em que o Estado não tem mais, como no passado, recursos abundantes para investimento.

É fundamental que o modelo das PPPs que ocorre no mundo também deite suas raízes em Minas Gerais e no Brasil, pois tem sido aplaudido por todas as esferas da Federação, independente de qualquer matiz, cor e natureza partidária ou ideológica.

Consolidar a posição de liderança política de Minas no contexto nacional. Isso permitiria a agregação desses valores e a condução de processo de tal modo que a voz de Minas fosse ouvida sempre em todos os assuntos, quer de ordem política, quer de ordem técnica, empresarial, de negócio etc. É fundamental que o Estado volte a participar ativamente do cenário nacional, impondo o ritmo dessas tratativas e negociações. Logo, o planejamento também tem esse objetivo prioritário, que possui uma característica, um viés mais político que técnico. É imprescindível que isso esteja gravado na consciência coletiva dos mineiros. Nós, mineiros, devemos ter auto-estima forte, pujante e clara quanto às potencialidades de Minas Gerais, pois temos muita história e um futuro belo. Certamente o nosso Estado será o melhor para se viver, com o índice de desenvolvimento humano compatível com as necessidades da população. Encerro a minha exposição.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Secretário Antônio Anastasia e ao Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães. A sua equipe empenhou-se muito, juntamente com o corpo técnico desta Casa, na organização das audiências públicas. Então, agradeço ao Ângelo, ao Bernardo e a toda a equipe da SEPLAG.

Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães

Bom dia. Cumprimento os membros da Mesa, Deputados André Quintão e Mauro Lobo, Secretário de Estado Antônio Augusto Anastasia, demais Deputados e representantes da sociedade civil.

Inicialmente, deixo claro duas questões sobre o planejamento que adotamos. A primeira é o maior problema deles, ou seja, dos planos de maneira geral: ficam nas mesas e nas gavetas dos executivos. Então, planejar é acompanhar e avaliar para ver se conseguimos superar o grande índice de insucesso dos planos. Escolhemos dar ênfase ao gerenciamento de projetos, para aumentar a chance de implementação do planejado. Outro assunto da nossa metodologia é que este não é um plano de um grupo de economistas ligados ao Planejamento ou a qualquer área de Governo, e sim um plano definido pelos executivos-chave do Governo, que são o Colegiado de Gestão Governamental, composto por todos os Secretários dos Estados. No caso das reuniões para a definição, um colegiado ampliado por todos os Secretários Adjuntos e Subsecretários, e submetido, depois, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Logo, é um plano dos homens e mulheres-chave do Governo.

A carteira de projetos estruturadores recebeu o nome de Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado - GERAES. Passo a manifestar-me sobre os projetos estruturadores de maneira rápida e superficial. O seu aprofundamento será objeto das audiências públicas posteriores.

Primeiramente, esclarecemos o que é um projeto estruturador. É uma iniciativa que transforma a visão de futuro em resultados concretos que sinalizam a mudança desejada; tem efeito multiplicador, como capacidade de gerar outras iniciativas privadas ou públicas. Há o embasamento do entendimento e do desenvolvimento de hoje. O desenvolvimento de determinada região é missão de todos. Portanto, somente com uma articulação entre os diversos atores, conseguiremos alavancar o desenvolvimento de determinada região. Ele mobiliza e articula recursos públicos, privados ou em parceria. Dada a situação fiscal do Estado, temos de enfatizar projetos que mobilizem outro tipo de recurso. Produz uma percepção da sociedade de que quem governa tem uma visão de futuro construída mediante ações concretas.

Nosso grande desafio é organizar esses projetos com foco definido, objetivo mensurável, ações, metas, prazos, custos, resultados esperados, para que permitam o gerenciamento intensivo. O Governador definiu gerentes executivos para cada um deles. É um gerenciamento horizontal, respeitando a estrutura vertical e hierárquica da máquina pública, para que tenhamos condições de acompanhar a implementação e avaliação

de resultados posteriores.

A fim de realizar o primeiro objetivo prioritário, foi definido o Projeto Estruturador "Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais". Seu Gerente é o Secretário Adjunto de Defesa Social, Luiz Sapori. Foram definidas três ações básicas: integração das Polícias Civil e Militar; construção de um sistema de informação para viabilizar essa integração e política de atendimento a adolescentes infratores.

Num segundo objetivo: prover a infra-estrutura de Minas Gerais, com ênfase na ampliação e recuperação da malha rodoviária e no saneamento básico. São vários os projetos estruturadores: "Corredores Radiais de Integração e Desenvolvimento"; "Recuperação das Principais Vias Rodoviárias do Estado", com ênfase na BR-381, via MERCOSUL, e na BR-050, no Triângulo Mineiro; "Potencialização da Logística do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba" - são várias as ações para a melhoria do transporte logístico da região, integrada à dinâmica região brasileira que liga o interior de São Paulo aos Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso -; "Estruturação da Plataforma Logística de Transporte da Região Metropolitana". Fazem parte desse projeto algumas intervenções para melhorar o transporte logístico de Belo Horizonte, incluindo a duplicação da Av. Antônio Carlos e a intervenção nos Aeroportos da Pampulha e de Confins e no Anel Rodoviário, entre outras.

"Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios": esse é o projeto já citado pelo Secretário Anastasia que vem ao encontro do objetivo do Governo de ligar os 224 municípios, por via asfáltica, à malha rodoviária mineira. O Gerente desse projeto é o Sr. Ramon César, da Secretaria de Transportes e Obras Públicas. "Saneamento Básico, Mais Saúde para Todos": é um projeto feito sob a liderança da COPASA-MG, com investimentos em tratamento de água e esgotamento sanitário.

"Oferta de Gás Natural": um projeto para ampliar a oferta de gás natural no Triângulo, no Sul de Minas e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a gerência da CEMIG. Dadas as notícias recentes, é um projeto com grandes chances de atingir as metas programadas.

"Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro": ampliação da oferta de energia elétrica no noroeste mineiro, principalmente para projetos de irrigação, contando, ainda, com recursos internacionais. A gerência é de um Diretor da CEMIG.

Melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão, com relação à educação, saúde e habitação. Projeto do "Saneamento Básico, Mais Saúde para Todos": o "Saúde em Casa", que é um projeto da Secretaria da Saúde para consolidar e ampliar, até o final do Governo, os grupos de medicina da família - hoje são aproximadamente 2 mil grupos; deseja-se a duplicação desse número.

"Regionalização da Assistência à Saúde": outro projeto estruturador da Secretaria da Saúde, com política de levar às diversas regiões o sistema de saúde, evitando a concentração em alguns hospitais centrais.

Projetos da educação: "Melhoria do Ensino Fundamental e Universalização e Melhoria do Ensino Médio". No caso do ensino fundamental, o foco é a melhoria da qualidade com a criação de escolas-referência. Há, aí, ação coordenada com a defesa social, com foco nas escolas das regiões com alto índice de violência, e ação particular centrada na região Norte e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, numa tentativa de melhorar a qualidade dessas escolas.

No caso do ensino médio, o foco é ampliar a oferta de vagas à universalização e enfatizar a qualidade, criando algumas escolas-referência no plano nacional.

Inclusão Digital. Investimento na área de infra-estrutura de tecnologia da informação, articulado a um projeto de governo eletrônico, de melhoria do atendimento ao cidadão mineiro. É coordenado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Lares Gerais. É um projeto de construção habitacional da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Para a sua realização, conta com várias parcerias.

Corredor Cultural Praça da Liberdade-Casa do Conde. É um projeto da área de cultura que visa a transformar a Praça da Liberdade num centro cultural integrado à Praça da Estação e a outros pontos culturais da cidade. O projeto ainda será objeto de estudos para se verificar qual seria o conceito do Centro Cultural da Praça da Liberdade.

Em relação ao meio ambiente, são três projetos estruturadores, entre eles o Saneamento Básico e o Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI. São uma série de ações no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente para tornar mais eficientes e eficazes as análises dos projetos do ponto de vista do meio ambiente. Uma ação inovadora é colocar núcleos ocupando-se da questão do meio ambiente em todos os sistemas operacionais do Estado. Hoje, quando se inicia a análise de um projeto no Estado, a questão ambiental começa a ser tratada na sua concepção, não espera o licenciamento nem o seu início de operação efetiva.

Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Esse projeto envolve parceria muito próxima com o Governo Federal. São várias ações para essa revitalização. Em vários momentos do processo de planejamento, ficou claro - e está expresso no documento - que, do ponto de vista de Minas Gerais, a transposição das águas do São Francisco só será possível depois da revitalização da bacia do rio no Estado. Isso foi exposto com ênfase por vários membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e está dessa forma no PMDI.

São vários os projetos que visam a contribuir para a geração de emprego, e selecionamos alguns. Centros Públicos de Promoção do Trabalho e do Primeiro Emprego é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Social que visa a integrar e articular as várias ações nos planos federal, estadual e municipal que visam a contribuir para a geração de emprego, especialmente o primeiro. Articula, por exemplo, o SINE e outros órgãos dessa área.

Minas sem Fome é um programa no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, coordenado pela EMATER. A proposta é ampliar a oferta de alimentos pelas próprias populações carentes. É um trabalho de construção de hortas comunitárias e individuais e pomares comunitários e individuais em regiões de periferia das principais cidades mineiras.

O Estrada Real é um projeto de revitalização e dinamização do antigo caminho Diamantina-Parati. São várias ações de parceria, em grande articulação com o terceiro setor e com representantes da área privada.

Vários são os projetos que possibilitarão o avanço no aspecto do desenvolvimento econômico: Infiltração da Plataforma Logística de Belo Horizonte, Estrada Real. Plataforma Logística e Comércio Exterior da Região Metropolitana é um projeto específico e institucional concentrado basicamente no aeroporto de Confins. A idéia é transformar a região metropolitana numa porta de ligação da economia mineira com o mundo.

Empresa Mineira Competitiva é um projeto sob a gerência do Presidente do BDMG, Romeu Scariolli, com dois pilares básicos: um programa de

financiamento para ativos intangíveis das empresas, treinamento, pesquisa, desenvolvimento, adoção de novas tecnologias; e o chamado Facilita Minas, um grupo criado no âmbito do Estado para facilitar a relação do Estado de Minas Gerais com as empresas localizadas nele.

O São Francisco, 100% de eletrificação rural. É um projeto da CEMIG para levar energia a todas as propriedades até dezembro de 2006. Segundo levantamento do IBGE, são 115 propriedades. Inicialmente, havia risco de não haver muitos recursos para esse projeto. Hoje, caminha para o sucesso com várias parcerias, inclusive o Poder Legislativo.

Projeto Jaíba, agricultura irrigada no Norte de Minas. Um projeto bastante famoso. Hoje, ele tem uma concepção diferente. Do ponto de vista do Estado, não existe a divisão entre o Jaíba 1 e o Jaíba 2. O Jaíba é um só projeto. Ele tem um gerente que está se ocupando com todas as questões, principalmente com os problemas gerados no Jaíba 1. Não adianta buscar o sucesso da etapa 2 sem resolver as questões pendentes, tanto do ponto de vista do meio ambiente quanto do ponto de vista da assistência ao pequeno produtor do Jaíba 1. Acreditamos que seja um projeto estruturado do desenvolvimento do Norte de Minas, algo que possa transformar a face dessa região.

AGROMINAS - Cadeias Produtivas Agroindustriais. Hoje, o foco desse projeto é a cadeia do café, é a ampliação da agregação de valor da cadeia do café em Minas, dada a sua importância para a nossa economia.

Arranjos produtivos locais. Um projeto que enfatiza a existência de aglomerações produtivas locais em determinado setor. São várias no Estado, mas, inicialmente, optou-se por trabalhar com apenas dois arranjos: moveleiros e eletroeletrônicos.

Energia elétrica para o Noroeste mineiro. Já falei desse projeto. Reduzir as desigualdades regionais, priorizando as regiões do Jequitinhonha e do Mucuri e Norte de Minas. Vários projetos têm foco nessa região, como a questão da educação e o Minas Sem Fome. Cem por cento de eletrificação rural. A maioria das propriedades localizam-se no projeto Jaíba.

Estabelecer um novo modo de operação do Estado com efetivo choque de gestão. São três os projetos estruturadores com esse objetivo. O primeiro é a construção do Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais. Foi eleito como a meta-síntese do choque de gestão. Esse centro irá concentrar a maior parte dos servidores públicos do Estado. É um projeto que deverá ser desenvolvido em parceria com a sociedade e com os setores empresariais.

Choque de gestão, pessoas, qualidade e inovação na administração pública. Nesse projeto uma administração meramente burocrática passa para uma administração voltada para os resultados. O marco legal desse projeto já foi aprovado por esta Assembléia. Agora, começaremos a implementação, que passa pela valorização dos servidores, treinamento e implantação dos instrumentos hoje aprovados por esta Casa.

Projeto de modernização da Receita. São várias ações de treinamento, de melhoria da infra-estrutura tecnológica e dos postos fiscais. A meta é um acréscimo adicional na receita de R\$300.000.000,00 por ano. É um projeto fundamental para recuperar as finanças públicas.

O nono objetivo prioritário é a viabilização de novas formas de financiamento dos empreendimentos. O projeto estruturador visa à implantação de uma unidade de parceria público-privada - PPP - em Minas Gerais. Não basta a aprovação, a discussão do marco legal.

O décimo objetivo prioritário é a consolidação da posição de liderança política de Minas Gerais no contexto nacional. Não há nenhum projeto estruturador, porque é o próprio Governo que poderá fazer isso.

Agora, passo rapidamente a alguns números do PPAG. Em razão do tempo previsto para nossa palestra, vou falar rapidamente. Depois, nos debates, poderemos aprofundar alguns dados.

A carteira de projetos estruturadores que está no PMDI prevê investimentos totais de R\$14.000.000.000,00 nos quatro anos, sendo, no primeiro ano, R\$2.470.000.000,00, dos quais R\$1.000.000.000,00 do orçamento fiscal, R\$693.000.000,00 do orçamento das empresas e R\$765.000.000,00 de parcerias. Aí temos a distribuição dos segundos setores dos projetos estruturadores: com 50% do total de recursos, o desenvolvimento social; com 4%, o que classificamos de desenvolvimento econômico; 40%, infra-estrutura; 5%, desenvolvimento sustentável; e o choque de gestão tem 1%. Dentro do desenvolvimento social, destacamos a área de saúde, com investimentos na área de saneamento e gastos com projetos estruturadores da saúde, saúde em casa e regionalização.

O dispêndio total previsto no PPAG 2004-2007 é de R\$107.598.000.000,00, sendo para 2004 R\$26.000.000.000,00, R\$23.128.000.000,00 do orçamento fiscal. Para quem se lembra do número constante no orçamento - de R\$22.055.000.000,00 - quero dizer que esses R\$1.000.000.000,00 de diferença ocorrem em função da forma de classificação dos investimentos das empresas subvencionadas pelo Estado. Do orçamento das empresas não subvencionadas pelo Estado, R\$2.000.000.000,00; de parcerias, R\$810.000.000,00. Portanto, temos um total de R\$26.000.000.000,00 para o primeiro ano, previstos no PPAG.

Classificação por objetivo prioritário: temos aí, com destaque para a melhoria da ampliação dos serviços públicos, 38%; para o objetivo 2, que é a previsão de infra-estrutura, malha rodoviária e saneamento básico, 34%. Esse número é diferente do primeiro porque temos aqui só o programa finalístico. Não entra nenhuma atividade-meio, despesa com pessoal, inativos, sentenças judiciais, nada. No primeiro valor entra o total dos gastos do Governo. Em termos de programa finalístico, a previsão total é de R\$31.000.000.000,00 do PPAG, com destaque para esses dois objetivos prioritários a que me referi.

Por função do Governo, o grande agregado foi o desenvolvimento econômico. Temos nesse período R\$20.800.000.000,00 só para programas finalísticos. Para o desenvolvimento social, R\$37.613.000.000,00. O valor total inclui despesas com pessoal e inativos. Temos aí a seguinte classificação: dos R\$107.000.000.000,00 de gastos previstos, a administração pública - e aí entra toda a despesa com pessoal e inativos - com R\$49.000.000.000,00; o desenvolvimento econômico com R\$20.800.000.000,00; e o desenvolvimento social com R\$37.600.000.000,00.

Fizemos uma primeira regionalização. Esses números foram fechados na semana passada, e a equipe trabalhou até ontem à noite para produzir os "slides". Esta é uma primeira regionalização, e o Bernardo e o Henrique conseguiram produzir esses "slides" que comparam o investimento de programas finalísticos com a renda "per capita" de cada região. E foi este o resultado que vi agora, pela manhã.

Na região do Jequitinhonha e do Mucuri, o investimento "per capita" é de R\$3.314,00. A região menos favorecida - não há nenhuma intencionalidade nisso - é a Zona da Mata, com R\$1.434,00. Esses dados foram solicitados anteontem por alguns Deputados; tentamos trazê-los para mostrar e ampliar a discussão em torno desses números.

Em termos de investimento "per capita", R\$2.222,00. Algumas regiões estão acima dessa média, são o Jequitinhonha, o Mucuri, o Noroeste e o Norte de Minas, a região central e o Alto Paranaíba.

Aí vemos no mapa a distribuição dos programas finalísticos ponderados pela população. Esse último "slide" é apenas para mostrar os principais programas de investimento. O maior programa de investimento do PPAG é o Saneamento Básico, Mais Saúde para Todos, com previsão de R\$3.500.000.000,00 no período. Destaco aqui o 100% de Eletrificação Rural, com R\$384.000.000,00, Redução da Criminalidade Violenta, com R\$283.000.000,00. Depois, esses números serão objeto de debates. Teremos de trabalhar mais em cima disso.

Nos últimos tempos, o que tem sido discutido no planejamento de Minas Gerais é uma peça, o orçamento. Isso produz sempre o que chamamos de inércia orçamentária. A partir do orçamento passado era sempre feito o orçamento do ano seguinte. Ao longo de 2001, 2002 e 2003 sempre ficava de lado a questão mais importante - o Estado existe para isso -, que é atender às demandas sociais, porque o processo orçamentário fazia com que o que fosse orçado no ano anterior passasse a ser orçado no ano seguinte. Um processo muito específico desta organização que é o Estado.

Estamos tentando, com o planejamento, quebrar essa inércia. Ao definirmos estratégias de longo prazo que estão no PMDI, ao escolhermos as prioridades do PPAG para 2004 e 2007, começamos - é um processo inicial que precisa ser muito melhorado - a quebrar a inércia orçamentária. Acreditamos que o orçamento de 2004 já está elaborado, em parte, com a quebra da inércia orçamentária.

Agora, começa o maior desafio do planejamento, que é a implementação. Penso que só poderemos superar esse desafio se nos concentrarmos no acompanhamento e no gerenciamento. Por isso, a estratégia de gestão dos projetos estruturadores é a avaliação de resultados. Por isso, no projeto de lei do PPAG está proposta a avaliação dos Poderes Executivo e Legislativo, conjuntamente, dos resultados do PPAG e dos incentivos para que as organizações e os servidores públicos caminhem na direção de uma estratégia única. Já está previsto no projeto de lei o envio de revisões anuais dos planos. Só teremos uma taxa de implementação maior se fizermos revisões anuais. Está no projeto de lei fazer revisões, enviar à Assembléia Legislativa até o dia 15 de junho de cada ano a revisão do plano.

Esse é nosso compromisso. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Com a exposição do Subsecretário Tadeu Barreto, passaremos à fase dos debates, lembrando mais uma vez que cada projeto estruturador e cada bloco de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social e de choque de gestão serão discutidos em suas minúcias e especificidades nas audiências posteriores, nos dias 9, 16 e 30, ocorrendo no dia 24 a audiência de interiorização na cidade de Araçuaí.

Nas pastas distribuídas há formulários para perguntas por escrito ou orais. Para ganharmos tempo, solicitamos dispensarem-se as formalidades no caso das perguntas orais. Cada participante disporá de 2 ou 3 minutos, a fim de que o máximo de pessoas possam pronunciar-se. Já chegaram à Mesa perguntas por escrito. Alguns Deputados também querem fazer perguntas orais. O Subsecretário Tadeu Barreto permanecerá no Plenário até o encerramento desta audiência, mas o Secretário Anastasia já havia comunicado à Assembléia o limite de 11h30min. Procederemos ao primeiro bloco de perguntas, posteriormente o Secretário Anastasia fará suas considerações finais, e continuaremos com o Subsecretário.

Debates

O Sr. Presidente - A Sra. Lea Braga pergunta ao Secretário Anastasia: "Por que vocês ignoram a política de assistência social? Ela não compõe a discussão no eixo do desenvolvimento social e não está prevista no PPAG".

O Sr. Ronaldo Sena, do Conselho Estadual de Assistência Social, pergunta: "O Conselho Estadual de Assistência Social e a SEDESE organizaram a V Conferência Estadual, com a participação de aproximadamente mil delegados de diversos municípios, no final de agosto de 2003, a fim de que as deliberações fossem incorporadas ao PPAG. Solicito esclarecimentos, pois na proposta não consta absolutamente nada referente à política estadual de assistência social. Essa política não é prioridade do Governo do Estado? Há mais de 5 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade em Minas Gerais".

Pergunta de Consolação, também dirigida ao Secretário Anastasia: "Nos 30 projetos estruturantes não se contemplaram a política de assistência social, a melhoria de condição de vida e melhor IDH sem planejar a superação da exclusão social, sem falar na política essencial. A tal superação é, no mínimo, um grande equívoco. Como o Estado trabalhará a política de assistência social sem ela estar especificamente incluída em seu planejamento? Será como caridade ou com sobra de recursos?".

Essas três perguntas versam sobre a questão da implantação da lei orgânica de assistência e da política de assistência social e sua ausência nos projetos estruturadores.

O Deputado Mauro Lobo - Cumprimento o Secretário Anastasia e o Dr. Tadeu pela exposição. É muito importante o renascimento do planejamento no Estado. Se hoje qualquer empresa ou mesmo nós, individualmente, precisamos planejar a nossa vida, imaginem algo tão complexo como o Estado de Minas Gerais, que há muitos anos não tem planejamento. Minas Gerais era um Estado sem rumo. O planejamento, em nossa realidade, é definir as prioridades e a forma de alcançá-las. Cumprimento o Secretário pela recuperação do planejamento em nosso Estado.

A minha exposição poderia ser objeto de vários questionamentos visando a maiores esclarecimentos, mas gostaria de saber apenas um aspecto. Falou-se na proposta do Governo do choque de gestão através da reorganização e da modernização pública estadual. Esse é um ponto crucial para se fazer o planejamento no Estado. A nossa administração pública não está preparada para isso, e ainda temos alguns problemas oriundos, talvez, da nossa própria cultura. Tive duas experiências no Executivo, e um dos pontos que nos preocupam muito é a descontinuidade. No Estado, quando muda o Governo, mudam-se os programas, mudam-se as prioridades. Quando muda um Secretário de Estado, muda-se a prioridade daquela área ou mudam-se os programas. Enfim, encontramos uma característica bastante negativa, que é a descontinuidade? O que o Governo pretende fazer para que o Estado deixe de ter essa característica negativa da descontinuidade. O Estado tem áreas que funcionam, principalmente no caso das empresas de controle do Estado. Quase que elas têm uma vida própria. Quando se muda a gestão, existe uma memória, existe uma estrutura que não encontramos no Estado. Talvez ocorra essa continuidade na área de segurança e na área fazendária. O funcionários conhecem a máquina do Governo, o que não ocorre nas outras áreas.

Secretário, o planejamento, para ser bem executado, precisará dessa área pública bem afinada. Como mudar essa situação?

O Secretário Antônio Anastasia - Muito obrigado, Deputado Mauro Lobo.

O Sr. Presidente - Pergunta de Bernardino dos Santos, do Conselho Comunitário de Segurança Pública: "Secretário Anastasia, parabênizo a iniciativa, porém foi esquecido de um instrumento fiscalizador, uma vez que o desvio de recursos é um câncer na administração pública, além da incompetência gerencial. Como estaria contemplada a questão, é de controle de recursos e de combate à corrupção?".

A Sra. Lúcia Diniz - Ainda que tenha sido pedido para dispensarmos as formalidades, quero parabenizar à Assembléia por conceder espaço para a população se manifestar sobre um plano que ainda não foi aprovado e que talvez possa receber emendas. Sou da Ação Social Arquidiocesana - ASA -, onde trabalhamos prioritariamente com os sem-casas. Entre eles, há um número enorme de desempregados e de pessoas que sofrem os efeitos dessa política muito perversa que vivemos há algum tempo. Também represento a ASA no Conselho Municipal da Assistência Social. Pensei que as perguntas seriam dirigidas ao Subsecretário Tadeu, mas aceito que sejam respondidas pelo Secretário Antônio Anastasia, caso ele queira fazê-lo. A primeira delas é uma curiosidade: existe gás canalizado em Minas Gerais? Não sabia. Como ampliar o que não existe? O plano não contempla as energias solar e alternativas? Não é possível fazer isso no Estado de Minas Gerais? Como trabalho diretamente com os sem-casas, tenho preocupações. A primeira delas é quanto à criminalidade violenta. Já participei de várias discussões sobre o tema e admiro muito o trabalho do Prof. Sapori, que, nas suas falas, menciona sempre a necessidade de um atendimento social para valer. Essa falta de uma política de assistência social séria pode ser a fonte dessa criminalidade violenta?

No que diz respeito à questão da habitação, sei que o assunto será discutido mais detalhadamente. É engraçado que a segunda e a terceira ações sejam apenas a repetição da primeira. Imagino que deveria haver uma coisa mais concreta. Dizem que serão construídas e melhoradas moradias na área rural e na área urbana e, depois, repete-se que isso será feito nas áreas rural e urbana. Fiquei preocupada com isso.

Já fui contemplada com a fala da Léa e do Ronaldo sobre a assistência social. Vimos de uma recente conferência estadual, em que ações foram propostas, e não vi nada no plano que contemple a assistência social. Pergunto: como melhorar o IDH, sem nenhuma ação concreta para que isso ocorra? Só educação é saúde não são suficientes. Muito obrigada.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Tenho algumas questões. Vi no projeto a questão da redução de desigualdades regionais, o que engloba muitas coisas. No que se refere à cultura, não foram mencionados os indígenas nem os negros. Aliás, na política federal, temos a secretaria para o combate ao racismo. Na área da educação, é necessária a formação do professor porque, quando ele é da escola pública, estuda até um certo tempo e não agüenta mais pagar a faculdade. Se ele ganha R\$300,00, como pagará uma mensalidade de R\$500,00?

Por isso, muitas vezes, fica no meio do caminho, quando deveria terminar a sua formação na UEMG. É fundamental repensar o ensino, introduzir cadeiras de história da África, projeto do Governo Federal, e de educação ambiental, por questões de vida. Muito se fala sobre violência. Violência é retirar a merenda do ensino médio. Como trabalhar o dia inteiro e ainda passar fome na escola? É preciso dar início a projeto contra a fome nas escolas.

A questão da habitação é crônica. Vão às rodovias e debaixo dos viadutos para constatarem a falta de moradia. O Estado precisa tirar-nos o título de campeão de desemprego. Nós, que convivemos com o fato, sabemos o que é desemprego. Entretanto, quem está no Governo, em vários mandatos, não o conhece. Parabenizo esta Casa pelo trabalho. Obrigado.

O Sr. Evaristo Garcia - Já que não há argumentos com relação à exportação, para se corrigir o atraso, temos de dar continuação ao quarto PMDI do Governo Tancredo Neves.

Secretário, por que não se fala em exportação? Não é esse um dos objetivos? Medem-se uma nação e um Estado pelo que produzem e exportam. Não se trata de briga por tributos. Até a CPMF, destinada à saúde, querem tomar. (- Lê:) "Programa do Corredor de Transporte e Exportação. Do cerrado ao Norte de Minas e Jequitinhonha. Abastecer o mercado asiático. Goiás, Minas, Espírito Santo e Tocantins pela Vale do Rio Doce. Briga por mercados." Exportamos pouco, apesar de sermos o maior do Brasil. Há projeto pronto, enviado à Secretaria de Desenvolvimento, mas não sei o que a Secretária Elbe resolveu.

Sua preocupação era criar um Estado democrático e nacional, e parece-nos que não querem levantar essa questão. Na técnica produtiva, ninguém tem condições de competir com o Brasil.

O programa Corredor de Exportação da Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo Aeroporto Tancredo Neves, em Confins. A AEROFLOT viria buscar nossos produtos de exportação para o Leste europeu.

Programa de Exportação na Zona da Mata, Aeroporto Juiz de Fora, Rio Novo, em Minas Gerais. Corredor de Exportação na Região dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri: Minas Novas, Turmalina, Novo Cruzeiro, Teófilo Otôni, Carlos Chagas, Nanuque.

As fontes de financiamento constituem o PROER II. Tínhamos R\$110.000.000.000,00, mas uma parte desse montante foi para os banqueiros e da outra não temos notícia. Nesses cinco corredores de exportação, seriam implementados os Conselhos da Cidade, onde se constituiriam os Fóruns de saúde, educação, moradia, meio ambiente, emprego e renda.

Se podemos ter nosso próprio desenvolvimento, por que tutelar nossa soberania? Se o MERCOSUL é um pacto dos iguais, por que procurar o pacto dos desiguais, que é a Organização Mundial do Comércio ou a ALCA? Hoje, 75% da exportação da América do Sul é proveniente do Brasil, e disso ninguém toma conhecimento.

A Sra. Maria Dalce Ricas - É um prazer ouvir dizer que as questões ambientais serão incorporadas na fase de planejamento, realmente é música para nossos ouvidos, já que cobramos, há tempos, essa integração das políticas públicas.

Não constatei, no quadro apresentando os principais investimentos, a área de meio ambiente. Sabemos que a geração de novos empregos é um desafio. Entendemos que se não houver uma política de planejamento familiar, no Estado e no País, estaremos sempre "correndo atrás do prejuízo". Pergunto se isso será tratado como uma política pública dentro dos programas propostos.

O Secretário Antônio Anastasia - Primeiramente, responderei ao Deputado Mauro Lobo. De fato, a sua indagação é a maior angústia de qualquer administrador público federal, estadual ou municipal, na atual realidade brasileira. Como servidor público de carreira, digo que temos dificuldade, no Brasil, de obter ambiente que permita a burocracia estável. Quer dizer, condições para ter uma administração pública profissional, bem-remunerada, empenhada e que consiga imprimir e exercer essas políticas públicas cogitadas. Há aquela velha discussão de que, naturalmente, quem traça as diretrizes é o Governo, mas quem as implementa de acordo com circunstâncias técnicas é a burocracia, a administração pública, como ocorre no mundo civilizado. Isso, evidentemente, é o esteio do regime parlamentarista, que é mais avançado que o presidencialismo. Esse é o modelo considerado, até pelos especialistas, cientistas políticos, como o mais adequado e democrático, se for possível medir a democracia.

Sentimos essa dificuldade que menciona. Não falo sobre a situação de Minas, mas do Governo Federal e dos Governos municipais, que conheço bem. Lamentavelmente, não temos, nos últimos decênios, investido necessariamente na administração pública. Essa questão sempre foi secundária, porque a consciência coletiva e a voracidade política, independentemente de partidos e de pessoas, sempre imprimiram a imagem de República Velha, ou seja, a de que governar é nomear, remover, é a força da caneta, sem pensar na estrutura do poder público. Isso está mudando. A cultura foi mudando esse quadro. O fim do regime militar e a redemocratização o permitiram.

Lembrou que há segmentos em que essa idéia floresce melhor e remanesce de exemplos anteriores. O nosso empenho consistirá em tentar difundir isso; obviamente, com as dificuldades naturais, no caso específico da administração estadual mineira, pela falta de recursos para implementar isso.

Pessoalmente, tenho uma vinculação histórica com a Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro. Acredito, de fato, que a formação dos servidores é que permitirá a sua nova consciência. Ela é muito pequena ainda e não tem condições suficientes para atingir e promover a revolução necessária. Isso é trabalho para mais de uma geração.

A União, nos últimos anos, realizou trabalho semelhante com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP -, não só com as figuras de gestores governamentais como também com a qualificação de vários segmentos da administração pública federal. É um trabalho que foi aplaudido pela ENAP francesa. Esse é o nosso empenho. Lamentavelmente, nesta altura, ainda não temos instrumentos necessários para instituir serviço público com essa qualidade. Futuramente isso ocorrerá, pois esse é o caminho do Brasil, e a modernização das relações sociais levará necessariamente a essa conformação.

Neste ano, a Assembléia, quando apreciar os planos de carreira encaminhados, terá oportunidade de discutir a respeito. Neste momento, a discussão do plano de carreira, com a impossibilidade da questão remuneratória, basear-se-á exatamente nisso. Quais as formas de movimentação? Quais os cargos terão provimento por servidores de carreira? Qual a qualificação necessária? Isso é fundamental. É claro que a questão salarial é imprescindível, mas, no momento, não podemos resolvê-la. Discutiremos o outro fato.

Então, compartilho de sua angústia, que, a meu ver, deve ser a maior preocupação dos administradores públicos brasileiros de todas as esferas neste momento.

As indagações consolidadas pelo Deputado André Quintão, no primeiro bloco, que tratam da questão da assistência social, primeiramente, têm uma reflexão, em razão também de várias outras indagações que aconteceram e acontecerão. O planejamento começou a responder a indagações como essa, no seio do próprio Governo. Naturalmente, todos os segmentos solicitam, pois têm merecimento para isso e procedência, a inclusão de todas as ações em todos os projetos. Demonstramos que a não-explicitação nominal de todas as atividades do poder público, estando ou não no rol dos projetos estruturadores, não os excluem dos próprios projetos estruturadores e muito menos dos programas prioritários, do PPAG, e das ações do Governo da LDO.

Então, esse é o primeiro ponto que tive a oportunidade, na minha exposição, de reafirmar. Agora, reitero isso, porque é um tema recorrente, que acontece hoje e acontecerá nas demais audiências públicas e nos debates promovidos por esta Casa. Na verdade, esse é um trabalho holístico, que envolve todos os aspectos. Pode haver a não-menção expressa de uma palavra ou outra, pois não alterará o que está na dotação orçamentária.

O importante é que haja coordenação das ações e seus desdobramentos. No caso da assistência social, temos um dado inovador, que estamos acompanhando "pari passu". O Governo Federal realiza grande revolução na questão dos problemas sociais. Nosso Governador esteve reunido com o Presidente da República nesta terça-feira, e o Secretário de Estado da área, na sexta-feira da semana passada, em reunião na Casa Civil da Presidência da República, já que há um empenho do Governo Federal pela harmonização dos programas federais, para otimização dos recursos na área. Com certeza, esse é um dado que está sendo considerado por todos.

Não há obstáculo em aprimorarmos as ponderações e sugestões dessa conferência nas normas orçamentárias, tendo, claro, a cautela necessária de identificação das fontes. A prioridade na área da assistência é, exatamente, a mesma existente na educação, saúde, habitação e segurança. A idéia-força, nuclear, de todas essas ações governamentais é o aprimoramento das condições sociais do cidadão mineiro. Por isso, concentro-me no IDH. No momento em que tivermos a melhoria do IDH, a política assistencial também estará atendida, assim como a saúde, a educação, a segurança, o transporte, o desenvolvimento econômico e o emprego.

Com referência à indagação do Sr. João Bernardino, do Conselho de Segurança, sobre a questão do desvio de recursos, tem razão. Lamentavelmente, em todas as esferas de Governo, vez por outra, existem comportamentos ilegais que devem ser punidos.

O Governo Estadual, desde o início do ano, em razão da lei delegada e da reforma administrativa, criou um sistema de auditoria. A Auditoria Geral do Estado foi completamente recriada, e foram criados núcleos de auditoria em todos os órgãos do Estado. Isso foi implementado e já está funcionando com eficácia plena. Estamos, agora, qualificando. Não temos, na administração pública estadual, quadro técnico de auditores concursados para essa função. O que há são remanescentes, muito dedicados, da Auditoria da Fazenda, com visão financeira, e não, plena e ética. Então, em médio prazo, pretendemos realizar concurso para a criação dessa carreira na área da auditoria, porque os órgãos já estão estruturados. Essa é uma preocupação permanente do poder público.

A Sra. Lúcia apresenta várias indagações, que o Sr. Tadeu também detalhará. Sua curiosidade é pertinente. Não só temos gás canalizado, como também uma empresa no Estado, a GASMIG, que é subsidiária da CEMIG. Esse gás não é feito para fins domésticos, daí a pertinência de sua dúvida. Existem estudos para a introdução desse gás do Sul de Minas à região do Vale do Aço, porque o gás é considerado um combustível mais barato e ecológico. Então, há um grande empenho, antigo e atual, do Governo na expansão desse gás. O gás boliviano também tem um custo bastante interessante. Tenho a impressão de que essas ponderações relativas à habitação e assistência colocadas pela senhora serão dissecadas nas respectivas audiências.

O plano tem de ser encarado como um todo. Faço esse apelo como pessoa responsável pela área de planejamento. Já fui responsável, no Governo Estadual, pelas áreas de administração e cultura, e no Governo Federal, trabalho e justiça, em que cuidava até mesmo dos direitos humanos. As demandas são globais. Evidentemente, cada corporação, segmento, entidade e cidadão tem sua inclinação, o que é mais do que procedente e meritório; porém, a visão do planejamento tem de ser global e holística.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos indaga sobre a questão de indígenas e negros constantes na programação. Não faremos explicitação agora porque, do contrário, ficaríamos aqui de dois a quatro dias, aliás, há expressa menção dessa necessidade.

Com referência à formação de professor, a questão da UEMG é uma das grandes indagações. Está aqui, para confirmar, a Dra. Maria Celeste, Pró-Reitora dessa universidade. Esse é um dos problemas do Estado, oriundos da Constituição. A questão da UEMG se arrasta há anos, portanto, temos de resolvê-la. É obrigação do Estado fazer a formação do professor.

Fiz menção à questão do desemprego, que é uma chaga nacional. Naturalmente, a ação do Governo do Estado é muito limitada nessa área, independentemente de ser o de hoje ou o de amanhã. Fui Secretário Executivo do Ministério do Trabalho por quatro anos e conheço as dificuldades. A questão do emprego só se resolve com um fator: o crescimento econômico. Como o professor bem sabe, só o crescimento econômico pode fazer reverter o quadro de desemprego. E o crescimento econômico depende de um conjunto de fatores, inclusive internacionais. Independentemente de quem esteja no Governo Federal, ele não tem condições de lutar sozinho. É claro que várias ações foram empreendidas. Tenho a convicção de que os Governos Federal, Estaduais e Municipais estão empenhados nisso, porque somente com uma situação de pleno emprego teremos o IDH garantido, pois teremos renda. E aí a questão da assistência fica resolvida, a pessoa terá condições

de gastar mais; gastando mais, a tributação aumenta, a situação da saúde e da educação melhoram. É o círculo virtuoso que todos procuramos.

O Sr. Evaristo Garcia fez ponderações procedentes sobre a questão da exportação. Um dos temas previstos para esses debates é o desenvolvimento econômico, que envolve exatamente esse aspecto. Estamos recompondo o aeroporto de Confins e a plataforma logística de exportação. A área do Triângulo também está sendo concebida para isso. E uma das audiências públicas abordará especificamente a exportação. Criamos até uma Subsecretaria de Assuntos Internacionais na Secretaria de Desenvolvimento Econômico para cuidar disso. Têm sido feitas missões internacionais. Neste instante, o Secretário de Ciência e Tecnologia está na Alemanha, já houve missão à China, e o objetivo é exatamente esse. O senhor tem razão. E essa não é uma solução mineira, mas nacional. Minas é um dos Estados que mais exportam, somos até penalizados por isso. Pelo fato de a Lei Kandir não permitir a cobrança de ICMS sobre bens exportados, temos de ser ressarcidos. Essa luta terrível com o Governo Federal se arrasta há muitos anos, na tentativa de compensar o Estado pelas perdas de ICMS na exportação. Quanto mais exportarmos, melhor será para o Estado, mas é ruim para o Tesouro, porque deixamos de vender para o mercado interno e não recolhemos ICMS; por isso a compensação necessária da Lei Kandir.

Por fim, a nossa amiga Maria Dalce, combativa dama representativa do meio ambiente em Minas e no Brasil, apresenta indagação, a que Tadeu responderá, sobre a questão dos quadros que estão agrupados, mas que depois podem, tranquilamente, ser divididos pelas áreas. E faz uma ponderação que talvez seja a mais difícil de todas. A que mais atormenta é a do Deputado, mas a mais difícil de responder é a do planejamento familiar, que envolve valores bastante caros à sociedade e opiniões muito divergentes de instituições e organizações. É um tema muito delicado, umbilicalmente ligado à questão da assistência social, já tão defendida aqui, até para orientação. E aí vêm os graus do planejamento familiar, até que ponto se pode orientar, outros países adotaram medidas bem mais drásticas. É um tema, de fato, no qual o Governo não tem muita experiência, e digo isso com muita franqueza. Isso vale para o poder público estadual, o federal e o municipal. É um debate que normalmente as próprias organizações da sociedade têm desenvolvido. Há uma lacuna nessa questão, talvez até em razão das dificuldades nos aspectos não digo ideológicos, mas de concepção de vida das pessoas, o que acaba gerando um afastamento.

Nada melhor que a Assembléia, que representa a população mineira, traga à baila esse tema no planejamento do Estado. Em que circunstâncias um tema tão delicado como esse deve participar do planejamento do Estado? Pessoalmente, como cidadão, considero um tema muito relevante, mas concordo que nunca houve inclinação do poder público para essa discussão. Não diria que é um tabu, que é um termo forte, mas, de fato, a questão tem os seus entraves, como é do conhecimento de todos.

Pergunta de Carlos Sacramento, telespectador da TV Assembléia e membro do Conselho Estadual de Emprego, sobre a necessidade de se agregar valor à produção de Minas: "O Vale do Aço tem importante participação na economia do Estado. Na produção do aço dessa região há possibilidade de se agregarem valores. Aliás, em Timóteo, há um projeto denominado Acesita, Capital do Aço, que tem como objetivo gerar emprego e renda. O Governo tem conhecimento desse projeto? Se tem, por que não foi considerado?"

Pergunta da Sra. Gláucia Barros, do Fórum Mineiro de Educação Infantil: "O Fórum foi uma das instâncias que encaminhou documento de propostas para a ação do Governo Estadual. No entanto, essa ação em relação à política de educação infantil, no que se refere à cooperação técnica e financeira com municípios e formação de professores, não foi mencionada na exposição. Essa foi uma das questões encaminhadas à pasta específica: o Governo Aécio Neves, a exemplo de seus antecessores, também se omitirá em relação às crianças de até 6 anos de idade?"

Pergunta do Sr. Francisco Jorge Melo, sociólogo: "Como evitar o desperdício de recursos nos projetos de desenvolvimento do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri com as sobreposições de funções e projetos entre os diversos órgãos estaduais e federais? Ou seja, existe a proposta de se criar uma comissão de coordenação e unificação de projetos nas áreas federal e estadual?"

Pergunta do Sr. Hélio Miliano: "Como ficam as ações afirmativas, quotas e outras políticas usadas para os afro-descendentes?"

Pergunta do Sr. Mário Lúcio, da Associação dos Moradores do Bairro Letícia, de Venda Nova: "O objetivo do PMDI e PPAG é o planejamento a médio e a longo prazos para Minas. Considerando a importância da região metropolitana, como será tratada a questão do transporte urbano de pessoas, que hoje é extremamente precário?"

Pergunta da Sra. Antônia de Pádua, da Central de Movimentos Populares: "Como será tratada a questão de 1% do ICMS, que já foi passado de 17 para 18%, para a construção de habitação em Minas Gerais?"

Pergunta do Sr. Marco Garcia: "Como estruturar a articulação entre as polícias do Estado sem uma gradual e efetiva fusão dessas instituições?"

Pergunta de Wagner Araújo, da Fundação João Pinheiro: "O ponto central para todo sucesso do planejamento é a gestão das informações que permitam o efetivo acompanhamento no controle das ações. Contudo, o PMDI e o PPAG têm pouca ênfase na gestão das informações públicas. Qual a estratégia do Governo, em especial do choque de gestão, sobre esse assunto?"

Pergunta que vem do Movimento Fé e Política, da Arquidiocese de Belo Horizonte, por meio da Sra. Márcia Sacramento: "Na implementação, no acompanhamento e na avaliação dos indicadores, como o Estado pretende incorporar a participação popular? Os conselhos de direitos têm ampla participação e mobilização de usuários e gestores, que fazem propostas, estruturam projetos e gerenciam recursos. Onde eles entram? Bons planos precisam de mais escuta e de participação também."

Da Força Sindical, Sr. Sérgio Augusto: "Inicialmente, a Força Sindical parabeniza o Secretário Anastasia e sua equipe por ter acolhido as sugestões das entidades que compõem o Conselho, principalmente as da Força Sindical. Que os recursos federais não sejam contingenciados, havendo cobrança por parte do Governo Estadual."

Pergunta do Sr. Ednardo, da Caritas: "Como o Estado tem pensado a facilitação do monitoramento desses programas, com ênfase na sua execução orçamentária pela sociedade civil? Os 'sites' eletrônicos do Governo são bons instrumentos. Todavia, atualmente eles trazem escassas informações e não refletem a execução orçamentária."

Pergunta da Ana Paula Carvalhais, do gabinete do Deputado Laudelino Augusto: "A criança e o adolescente não estão entre as prioridades do Governo para os próximos anos? Por quê? O planejamento em cultura se resume ao Projeto Corredor Cultural da Praça da Liberdade? Somente o agronegócio será incentivado, ou também estarão contempladas as políticas de incentivo ao pequeno produtor e à agricultura familiar, majoritária em todo o Estado?"

Chegaram mais duas perguntas. Uma, do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar, por meio da Sra. Maria da Conceição Menezes: "Por que não apareceu o projeto Dignidade e Vida II, do CONSEA, mas apenas o Minas Sem Fome da EMATER?". Esta pergunta também já foi encaminhada ao nosso gabinete.

Pergunta de Regina Oliveira: "Nenhum dos 30 projetos contém matéria sobre a questão agrária. Qual a opinião do Governo a respeito disso, tendo em vista que o Governo recebeu terras devolutas antes reflorestadas?"

Para as duas perguntas orais, chamo o "combatente" Roges Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos. A seguir, o Wagner falará, e o Secretário Tadeu poderá responder a esse pacote de perguntas.

O Sr. Roges Carvalho - Quero cumprimentar a Assembléia por sua iniciativa. Acho que este é o nosso caminho: o trabalho conjunto, com essa participação. Referindo-me à fala do Tadeu - desculpe-me, se falou sobre isso no início, e não ouvi -, tenho certa preocupação quando penso na construção do País. Quando penso nisso, remeto-me diretamente a uma frase que diz que "educação vem do berço". Quando penso em educação em sentido amplo, como agora, penso em políticas públicas. E penso que políticas públicas vêm do berço. Quando falo em políticas, estou falando nas cidades onde vivemos, conhecemos, nos encontramos e construímos a vida, a cidadania.

Gostaria que o Anastasia estivesse aqui para me ouvir, porque nos esquecemos da questão social. Quando ele diz que não vai esquecer, que a questão social será olhada, cuidada, não acredito muito. Sou aliado ferrenho e amigo do Fórum Mineiro de Educação Infantil.

É positivo pensarmos nos ensinos médio e fundamental como uma grande riqueza. Mas educação infantil é prioridade. Já não dá para começar a partir dos 7 anos. A formação da personalidade e do caráter começa a partir do nascimento. Com o início precoce da educação, talvez possamos acabar com a corrupção de dentro de cada um neste País.

Há também questões como a construção da cidadania, as inclusões social e cultural, o gosto e a vontade de saber e fazer, evitando a evasão e a repetência escolar; temos o cuidado com as políticas públicas, a questão dos direitos, de vermos "tête-a-tête" a questão do SUS, da LOAS e da LDB. Isso tem de vir do berço porque senão jamais conseguiremos acabar com a violência e o desrespeito para com o próximo. Ações afirmativas têm de estar presentes, e a grande iniciativa pública tem de ser, como prioridade, a educação infantil. Sem dúvida nenhuma, sem implementar essa política, não vejo muito crescimento de grandes políticas no País. Obrigado.

O Sr. Wagner Francisco Alves Pereira - Parabenizo a Assembléia pela iniciativa. Nossa Central, a CGT, participará ativamente de todos os processos, inclusive os trabalhos em grupo. Uma das poucas perguntas que queria fazer, o Anastasia, em sua bela fala, já a ela respondeu parte dela. Parabenizo também ao Estado por esse plano que ultrapassa três anos e é importante nesse processo. Fica para o Tadeu a pergunta.

Recentemente, o Governo Federal trouxe a proposta do trabalho em conjunto de todas as aplicações sociais, no País, de recursos que estão sendo feitos. Obviamente, quando fez a proposta de integração do trabalho, esse plano já tinha sido elaborado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Chamou os Governadores para fazer um trabalho conjunto de aplicação social de todos os recursos federais, como bolsa-escola, merenda, etc., com um trabalho em conjunto, familiar.

Gostaria de saber como faremos, durante esses trabalhos de grupo, a inserção de novas propostas para o Plano, no âmbito da Assembléia. Gostaria de saber do Tadeu a possibilidade, o que pensa em termos desse trabalho, de adequação desse plano e desse processo.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Wagner. Lembro que, amanhã, às 14 horas, esta audiência será reprisada pela TV Assembléia. Solicito às pessoas que participam do encontro de hoje que nos ajudem a identificar, nos grupos respectivos de trabalho, movimentos, especialistas, setores da sociedade, para que, a partir da próxima audiência, no dia 9, possamos ter ampla participação nos grupos de trabalho, além da discussão geral.

Pergunta dirigida à Mesa sobre o processo. As sugestões dos trabalhos em grupo poderão ser transformadas em emendas pela Comissão de Participação Popular. Essas emendas poderão ser apresentadas no processo de tramitação normal. Até o final do mês, teremos o prazo de apresentação de emendas à Lei Orçamentária, ao Plano Plurianual e ao PMDI. Aquelas sugestões, com apoio técnico da assessoria da Assembléia, serão transformadas, observando os critérios de legalidade, em emendas da Comissão de Participação Popular, e, a partir daí, a tramitação segue normal como se fossem emendas de qualquer um dos parlamentares desta Casa.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - O Secretário Anastasia já falou sobre isso, mas reforço que o objetivo desta primeira audiência foi tratar do processo de planejamento de maneira mais global. Nas outras audiências entraremos mais especificamente em algumas políticas públicas. Não seria possível em uma hora entrarmos em detalhes sobre cada projeto estruturador ou as políticas específicas dos diversos sistemas operacionais.

Procurarei responder a uma por uma das 18 perguntas. A primeira delas se refere à agregação de valor em Minas Gerais, se conhecemos o programa da ACESITA, no Vale do Aço. Conhecemos há muito tempo. Sou funcionário de carreira do BDMG e já conheço o trabalho que o Estado fez diversas vezes junto às empresas. Um foco da Secretaria de Desenvolvimento Econômico são os arranjos produtivos locais. Temos consciência de que a forma de obter maior desenvolvimento de determinadas regiões é o foco dos arranjos produtivos locais na agregação de valor e na busca do desenvolvimento auto-sustentado na região, além de auto-sustentável, na base das cadeias produtivas existentes em cada região. Isso está muito claro na política de desenvolvimento econômico.

Anteriormente já se perguntou sobre a cooperação para o programa de treinamento de professores. Nos projetos estruturadores da educação há atividades claras de treinamento de professores, mais particularmente sobre cooperação município-Estado. Isso é feito, mas não tenho detalhes.

Há duas questões a respeito da educação infantil antes dos seis anos. O Estado ampliou o número de anos na escola, o que já está implementado. Não entrarei na questão infantil porque não sou especialista. Sou economista com experiência em planejamento. Cuido da educação dos meus filhos, e já é muito.

Como evitar a sobreposição de projetos? Foi criada uma Superintendência Central de Coordenação para melhor articularmos as ações do Governo, o que é difícil. O Estado é uma organização muito complexa. Particularmente para os projetos do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri, objeto da pergunta, criou-se uma secretaria extraordinária. Esta semana chegou a mim um programa de desenvolvimento para a região que busca, primeiro, diagnosticar todas as ações do ponto de vista do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Governos municipais para buscar a coordenação dessas ações. Estamos falando de algo muito complexo, que é a articulação de diversas ações. Tanto é difícil articular a questão técnica quanto os fatores políticos, que tornam essa ação mais complicada.

A questão sobre as ações afirmativas para a comunidade de afro-descendentes está colocada na pauta do Governo. Penso que ainda não temos uma resposta à altura do que a questão merece, mas está sendo tratada, e acredito que deve assumir maior relevância no programa do Governo. Afirmando que os projetos estruturadores são os focos estratégicos, mas são vários os outros programas prioritários. Para lembrar, no que diz respeito à assistência social: estão previstos investimentos da ordem de 57 milhões, incluindo todos os gastos com esses programas finalísticos.

Transporte Urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte: há um projeto estruturador que está tratando dessa questão. Em grande parte da articulação do metrô já há uma proximidade do Governo Estadual com o Governo Federal, o que pode proporcionar a solução de alguns problemas que vêm sendo adiada há muito tempo.

Articulação entre polícia e o autor da questão: fala-se até em fusão. Vamos começar pela integração dos sistemas, pela integração das áreas de atuação, o que já é um grande avanço. São duas corporações que têm suas estruturas consolidadas, e a melhor alternativa é a atuação integrada.

Gestão da informação: pergunta que veio de um profissional da Fundação João Pinheiro. Isso é curioso porque gestão da informação é uma ocupação nossa. Acreditamos que a transparência na gestão da informação do Governo poderá ajudar quanto ao controle social das informações. Para isso, fizemos a inovação no planejamento. Foi algo bastante ousado, de responsabilidade do Bernardo, que conseguiu ir até o final. Introduzimos o SIGPLAN nesse processo de planejamento. É o Sistema de Informação Gerencial de Planejamento do Governo. Decidimos adotá-lo em junho, com o risco de não chegarmos com ele pronto no dia 30, mas conseguimos. Hoje, quem conhece a peça do orçamento poderá ver que ele está muito mais detalhado do que antes. Quem examiná-la poderá verificar onde o Governo está gastando os seus recursos, porque as definições estão mais claras, tanto no PPAG quanto no orçamento. E nós estamos indo ao Governo Federal para adotar o que eles já fizeram lá. Adotamos no SIGPLAN o módulo de elaboração do planejamento. Vamos buscar agora o módulo de acompanhamento, o módulo de avaliação e o módulo de gerenciamento intensivo. É possível ter acesso a isso. Estamos nos ocupando da gestão da informação, particularmente dos projetos estruturadores, em que estamos adotando uma tecnologia de gerenciamento de projetos em parceria com a Fundação Gerencial, hoje Instituto de Desenvolvimento, do Prof. Falconi, para nos ajudar nesse trabalho.

Já comentei sobre avaliação de indicadores.

Monitoramento da sociedade civil: a alternativa são o SIGPLAN e essa parceria com o Poder Legislativo. A introdução de uma discussão sobre indicadores finalísticos nos vários programas vai possibilitar o controle social.

Há uma pergunta sobre a questão da criança e do adolescente, se o corredor cultural é apenas a Praça da Liberdade, se o fomento econômico é apenas o agronegócio. A resposta é aquela geral: os projetos estruturadores são um conjunto daqueles mais estratégicos, mas a questão da agricultura familiar está sendo tratada. Várias ações de cultura no âmbito do sistema operacional da cultura têm outros programas além do corredor cultural. Para crianças e adolescentes há várias ações nessa área. Há no projeto estruturador a redução da criminalidade violenta em Minas Gerais. Há uma ação específica, que é o tratamento integrado com a área de assistência social para o adolescente infrator. O Saporì, que é o gerente do projeto, tem claro que a questão de tratar o adolescente infrator é fundamental. O Saporì terá a oportunidade de explicar sobre a criminalidade violenta, mas o grande avanço dos últimos tempos em Minas Gerais foi a criminalidade violenta: o assalto e o homicídio. Minas Gerais está vivendo uma situação similar à que São Paulo e Rio de Janeiro viveram na década de 90. Temos de nos ocupar com os assaltos e os homicídios, que são o grande problema, por isso foi escolhido esse foco. No âmbito do sistema operacional de defesa social, são várias as ações que estão no rol dos programas prioritários.

O Programa Dignidade de Vida II, do CONSEA. A opção pelo Minas sem Fome foi do Colegiado de Gestão Governamental e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Esse não é um programa estruturador, mas está contemplado no PPAG entre os prioritários.

Sobre a questão agrária, há hoje uma secretaria extraordinária para tratar do tema. Particularmente, falo de algo que conheço mais, o Projeto Jaíba. A questão agrária está sendo tratada, o gerente já se sentou com o MST, com a Liga Operária Camponesa, e estamos negociando com aquelas famílias que estão no perímetro do Jaíba, para solucionarmos o problema junto com o INCRA e outros parceiros.

A questão mencionada pelo representante do Sindicato dos Psicólogos é muito complexa. Realmente, a cidade é o "locus" onde se expressam os resultados das políticas públicas. Hoje, no Estado de Minas Gerais, temos a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que começa a trabalhar essa questão. A educação da criança até os seis anos, como já falei, é um assunto bastante complexo para um economista. Sobre a última pergunta, a respeito do programa federal de unificação dos programas de renda mínima, tive oportunidade de fazer uma nota técnica para dar uma posição ao Governo do Estado. É corretíssima a concepção do programa, e o foco é a família, a unificação dos vários programas, mas não tenhamos a ilusão de que isso se faz de uma forma muito simples. Tanto a operacionalização quanto os arranjos políticos, no Governo Federal, são muito difíceis. Estamos vendo as dificuldades pelas quais o Presidente está passando. Além disso, ele deve articular-se com os vários Governadores. Mas isso já está definido, e o Governo apóia a iniciativa e entrará com programas complementares, buscando tornar mais eficazes os escassos recursos existentes no Estado.

De certa forma, penso que respondi todas as questões. Reafirmo o que o Deputado André Quintão disse: os documentos estão completos e disponíveis no "site" do Planejamento, tanto o PMDI quanto o PPAG completo ou o orçamento. Eles podem ser acessados e impressos.

O Sr. Presidente - Pergunta do Rogério: "Subsecretário, a cultura também deve ser envolvida no assunto de geração de emprego e renda, segurança, educação, profissionalização e criação de centros de cidadania participativa. Como o Governo vê, pensa e planeja as ações relativas à cultura, de forma mais ampla? Não dá para incluir os profissionais de cultura e arte no Projeto Estrada Real?". Há também aquela pergunta: a ação político-cultural restringe-se ao corredor?

Pergunta de Paulo Jorge Lacerda: "Gostaria de entender como seria a avaliação e a reestruturação do PPAG, anualmente. Isso não o prejudicaria e feriria o eixo central do PPAG, que é a continuidade das ações?". Outra de Paulo Jorge: "Por que não assumir que esqueceram a questão da assistência, uma vez que, no ano de 2004, no advento da LDO, a desculpa será que o PPAG não contemplou tais ações? Assim, ele não entrará também na LDO e, conseqüentemente, na lei do orçamento.".

Pergunta de Raimundo Machado, representante da Vereadora Neila: "Com a proposta de eletrificação de 100% da área rural e da expansão para o Noroeste mineiro, a CEMIG também crescerá em lucro. Como o Governo mineiro pensa a questão da privatização das empresas de geração e distribuição de energia hidrelétrica?".

O Sr. Rogério Pena Siqueira - Boa tarde. Parabênzo a iniciativa. O Deputado André Quintão e esta Casa criaram o aríete que empurrou as portas da Assembléia, trazendo para cá a população. Segundo o Subsecretário Tadeu, ele entende pouco de educação. Mas não é verdade, pois foi um dos impulsionadores da escola onde nossos filhos estudam.

Quanto à economia de Minas, temos de agregar valores. Nosso minério é exportado para o mundo inteiro, entretanto não há maiores investimentos por parte do Governo. Não transforma a matéria-prima visando à agregação de valores. Poderia multiplicar por dez o valor do minério. Com o café acontece o mesmo. Minas Gerais é um dos maiores produtores do mundo, e a Alemanha, a maior exportadora de café solúvel, mas não produz nem sequer um grama do produto. O Governo não pensa em iniciativas de apoio nem em agregação de valores?

E quanto à questão do 1% do ICMS na habitação? A construção civil gera trabalho e renda, sem déficit de importações. Se construíssemos mais casas, a economia melhoraria. Obrigado.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - O projeto da Estrada Real envolve grande aspecto cultural, cuja rota alcançará maior dinamismo se se recuperar o patrimônio histórico, a fim de receber turistas com alto padrão de qualidade, digno da iniciativa.

A reavaliação dos planos "versus" continuidade representa desafio a ser enfrentado na prática. Ao programarmos as audiências públicas para o próximo ano e avaliá-las no âmbito do Governo, haverá necessidade de verificação dos projetos com mandamento, que, evidentemente, não poderão ser interrompidos devido ao risco de desperdício de recursos públicos. Escolhas estratégicas terão de ter espaço, caso contrário, não se tratará de reavaliação. Entretanto, temos de lidar com a questão na prática, e ninguém apresenta resposta "a priori".

Estão previstos R\$51.000.000,00 para a assistência social, para 2004, e R\$207.000.000,00 para 2004 a 2007.

Há programas previstos nessa área. Quanto à discussão da Lei Orgânica da Assistência Social, não a conheço em detalhes, mas o assunto está sendo tratado no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social e será objeto de discussão em audiência pública específica.

Quanto aos 100% de eletrificação rural, digo-lhe que fontes alternativas estão sendo pensadas. A CEMIG não levará apenas a energia elétrica, a energia hidráulica para essas propriedades rurais. E quanto ao lucro da CEMIG, afirmo que essa ação não é lucrativa; está sendo feita em parceria com o Governo Federal, visando a inclusão social com a ampliação de oferta de energia para as propriedades rurais. Não é uma atividade, sob o ponto de vista empresarial, lucrativa.

Rogério, não tenho condições de entrar no debate sobre política pública de educação.

Quanto à questão de agregação de valor, trata-se de um foco da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O Estado pode contribuir na questão da mineração e, para tanto, está fazendo um novo levantamento geológico, disponibilizando informações. Mas a intervenção do Estado nessa área não é simples, pois existem grandes organizações que competem no mercado mundial. O Estado deve buscar viabilizar o espaço econômico de Minas Gerais, mas isso não é simples, pois a dinâmica das grandes empresas dá-se no plano mundial. Nessa área, se já é difícil a intervenção da União, imaginem então a de um Estado federado.

O café é um projeto estruturador, e nossa atuação na área agroindustrial está muito aquém do nosso potencial. Trata-se de um problema claro, mas, devido à estrutura oligopólica existente, não é fácil para o Estado o incentivo às empresas.

Quanto ao ICMS para habitação, não conheço o assunto e, portanto, sobre ele não falarei.

Agradeço o convite desta Assembléia. Quando o Secretário Anastasia me incumbiu da tarefa, senti muita honra de participar dessa discussão entre Poder Executivo e Legislativo, a fim de institucionalizar o processo de planejamento no Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Antes de encerrar esta audiência, em nome da Comissão de Participação Popular, agradeço a todos os servidores da Assembléia, em especial à assessoria da Comissão de Participação Popular, à Gerência de Projetos Institucionais, à Secretaria-Geral da Mesa, ao Apoio Legislativo, à Consultoria e aos Consultores, à Escola do Legislativo, à Diretoria de Comunicação Institucional, à TV Assembléia e aos assessores do nosso gabinete, bem como aos servidores da Secretaria de Planejamento, lembrando àqueles que não participaram desta abertura que poderão acompanhar as demais audiências.

Solicitamos a inscrição dos interessados, para organização de logística dos grupos de trabalho. Quem fizer sua inscrição com antecedência favorecerá a organização dos espaços de trabalho para os grupos nos dias 9, 16 e 30. Estamos iniciando um processo, e a partir do dia 9 entraremos nos assuntos pertinentes os objetivos prioritários de cada projeto estruturador, em que será fundamental a participação de toda a sociedade mineira.

A Presidência agradece aos expositores, demais autoridades e participantes pela presença. Antes de encerrar os trabalhos, informa que no dia 9 de outubro, o tema discutido será Desenvolvimento Econômico; no dia 16, Desenvolvimento Social; e, no dia 30, Modernização Administrativa e Gestão, Qualidade dos Serviços Públicos. Ainda, no dia 24 de outubro, acontecerá uma audiência pública de interiorização em Araguaí.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em 6/10/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Djalma Diniz, Gil Pereira e Marília Campos (substituindo esta ao Deputado Laudelino Augusto, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Alberto Pinto Coelho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, no 1º turno, sobre o Projeto de Lei nº 889/2003, do Governador do Estado. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Célio Moreira, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 889/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista da Deputada Marília Campos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 9/10/03, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2003.

Célio Moreira, Presidente - Djalma Diniz - Gil Pereira - Chico Simões.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 84ª reunião ordinária, EM 8/10/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação do nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação do Requerimento nº 808/2003, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita ao Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária que envie a esta Comissão o relatório do Instituto de Terras do Estado - ITER - sobre terras devolutas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 814/2003, do Deputado Laudelino Augusto, em que solicita informações ao Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais sobre o montante de recursos do Projeto SOMMA repassado para a Prefeitura Municipal de Ouro Fino, além de outras, que especifica, referentes ao Projeto. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 819/2003, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre as sanções que têm sido aplicadas às empresas de transporte intermunicipal pelo descumprimento da Lei nº 9.760, de 1989, que concede passe livre aos deficientes físicos, mentais e visuais e às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos no transporte coletivo intermunicipal do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 820/2003, da Comissão do Trabalho, em que solicita informação ao Subsecretário de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e ao Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social sobre o orçamento, a destinação e o critério utilizado no repasse dos recursos financeiros do Conselho, na gestão 2002. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 833/2003, do Deputado Célio Moreira, em que solicita informações ao Diretor-Geral do DER-MG sobre o valor dos recursos gastos no recapeamento asfáltico da Rodovia MG-164, entre o Município de Santo Antônio do Monte e o trevo da Rodovia 050. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 852/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário da Saúde as informações que menciona referentes ao tratamento de hemodiálise no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade ideal de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 633/2003, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.237, de 5/7/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 637/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que institui o Selo Verde Agrícola, define sistema orgânico de produção agropecuária e produto da agricultura orgânica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 693/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 697/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer a retrocessão ao Seminário Provincial do Coração Eucarístico de Jesus do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação .

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 75/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a CEMIG os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 8/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 473/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a prática de Educação Física nas unidades do Sistema Estadual de Ensino.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 8/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 539/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.498/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 1.506/2003, do Deputado Fábio Avelar; 1.510/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 8/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 83/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr. (parecer sobre emenda apresentada em Plenário); 429/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 675, 679 e 712/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.078/2003, do Vice-Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 8/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, as constantes interrupções de energia elétrica, que geram inúmeros prejuízos às malharias de Monte Sião.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial da Expansão do Metrô, a realizar-se às 14h30min do dia 8/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados para obter esclarecimentos sobre denúncias veiculadas pela imprensa no dia 14/9/2003, de possíveis irregularidades ocorridas na destinação orçamentária para as obras do metrô de Belo Horizonte e no processo de licitação para a sua realização, apontadas no relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União ao Senado Federal, atendendo-se a requerimento do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial do Transporte de Automóveis, a realizar-se às 15h30min do dia 8/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os convidados, Srs. Onofre Alves Batista Júnior, Procurador Regional da Fazenda; Antônio Luiz Bernardes, Fiscal de Tributos Estaduais; e Walter Carlos da Silva, Diretor da CSD Engenharia e Comércio Ltda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, a realizar-se às 9h30min do dia 9/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Romeu Scarioli, Presidente do BDMG; Manoel Vicente Bertoni, Diretor do Conselho Nacional do Café - CNC -; Milton Luciano dos Santos, Superintendente Estadual do Banco do Brasil em Minas Gerais; Fernando de Castro Santos, Superintendente Regional em Minas Gerais da CONAB; José Geraldo de Freitas Drummond, Presidente da FAPEMIG; Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da EPAMIG; Almir José da Silva Filho, Diretor-Presidente do SINDICAFÉ-MG; e Heli Oliveira Penido, Presidente da Crediminas Cooperativa Central de Crédito Rural de Minas Gerais Ltda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 9/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 674/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 708/2003, do Deputado Wanderley Ávila; 928/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Em turno único: Projeto de Lei nº 773/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 748/2003, do Deputado João Bittar; 883/2003, do Deputado Márcio Passos; 921/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 972/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Requerimentos nºs 1.521/2003, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 1.534/2003, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 8/10/2003, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 1ª Fase, à apreciação do parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação; e dos Requerimentos nºs 808/2003, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita ao Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária que envie a esta Comissão o relatório do Instituto de Terras do Estado - ITER - sobre terras devolutas; 814/2003, do Deputado Laudelino Augusto, em que solicita informações ao Presidente do BDMG sobre o montante de recursos do Projeto SOMMA repassado para a Prefeitura Municipal de Ouro Fino, além de outras, que especifica, referentes ao mesmo Projeto; 819/2003, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre as sanções que têm sido aplicadas às empresas de transporte intermunicipal pelo descumprimento da Lei nº 9.760, de 1989, que concede passe livre aos deficientes físicos, mentais e visuais e às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos no transporte coletivo intermunicipal do Estado; 820/2003, da Comissão do Trabalho, em que solicita informação ao Subsecretário de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social sobre o orçamento, a destinação e o critério utilizado no repasse dos recursos financeiros do Conselho, na gestão de 2002; 833/2003, do Deputado Célio Moreira, em que solicita informações ao Diretor-Geral do DER-MG sobre o valor dos recursos gastos no recapeamento asfáltico da Rodovia MG-164, no trecho entre o Município de Santo Antônio do Monte e o trevo da Rodovia 050; e 852/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário da Saúde as informações que menciona referentes ao tratamento de hemodiálise no Estado; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis; e dos Projetos de Lei nºs 75/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica; 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente; 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade ideal de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade; 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica; 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica; 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001; 633/2003, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.237, de 5/7/96; 637/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que institui o Selo Verde Agrícola, define sistema orgânico de produção agropecuária e produto da agricultura orgânica e dá outras providências; 693/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências; 697/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer a retrocessão ao Seminário Provincial do Coração Eucarístico de Jesus do imóvel que especifica; 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a CEMIG; e 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2003

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Biel Rocha, Leonardo Quintão e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2003, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2003, às 9h30min, na Câmara Municipal de Taiobeiras, com a finalidade de averiguar, em audiência pública, denúncias de exploração sexual de crianças de 11 a 15 anos nesse município.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Márcio Passos, Marília Campos e Roberto Carvalho para a reunião a ser realizada em 8/10/2003, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2003.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Sebastião Helvécio, Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 565/2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Estímulo à Construção de Barragens e de Desenvolvimento Econômico das Regiões dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Adalclever Lopes, Gil Pereira e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem convidados para obter informações sobre a ausência de balanças para pesagem de caminhões nas rodovias estaduais e federais em Minas Gerais e sobre a substituição do solo mole na BR-381, atendendo-se a requerimento do Deputado Célio Moreira, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2003.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Estudar a Situação da Cafeicultura em Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Laudelino Augusto, Dalmo Ribeiro Silva, José Henrique e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/10/2003, às 13 horas, na Escola Agrotécnica de Machado, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação da cafeicultura mineira na região Sul do Estado.

Convidados: Srs. Ivan Franco Caixeta, Presidente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil - ACOB -; Sérgio Pedino, Secretário Executivo da ACOB e Presidente da Certificadora Sapucaí de Produtos Orgânicos; Luiz Adalto de Oliveira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e região; Cristiano Carvalho Ottoni, Diretor da Bourbon Speciality Coffees Ltda.; Gilson Ximenes de Abreu, Membro do Conselho Nacional do Café; e Breno Pereira Mesquita, Presidente da Cooperativa Mineira de Cafeicultores.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 469/2003

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei ora analisado, do Deputado Antônio Carlos Andrada, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Pró-Criança - APC -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi publicada em 4/4/2003 e a seguir encaminhada a esta Comissão, à qual compete examiná-la preliminarmente, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A medida consubstanciada no projeto está sujeita aos ditames emanados da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que regulamenta os atos declaratórios de utilidade pública no Estado e dá outras providências.

A par de tais exigências legais e examinando-se a documentação que compõe os autos do processo, verifica-se que a entidade mencionada no relatório atende a todas elas.

Diante do que foi dito, esclarecemos que estamos apresentando emenda ao art. 1º do projeto somente para acrescentar o nome do município onde se localiza a entidade.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 469/2003 com a Emenda nº 1, apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Pró-Criança - APC -, com sede no Município de Belo Horizonte."

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Gilberto Abramo - Weliton Prado - Ermano Batista.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 748/2003

Comissão de Saúde

Relatório

De iniciativa do Deputado João Bittar, o projeto de lei em questão pretende declarar de utilidade pública o Núcleo dos Ostomizados de Uberlândia, com sede nesse município.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que o analisou, preliminarmente, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vindo agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme estabelece o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Núcleo dos Ostomizados de Uberlândia, ligado à Associação Mineira de Ostomizados - AMOS -, foi fundado em 3/8/93. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que se destaca pela prática desinteressada da beneficência.

Tem como principais objetivos a integração das pessoas que são portadoras de ostomias, conscientizando-as de seus direitos. Auxilia-os e a seus familiares, principalmente os colostomizados, ileostomizados e urostomizados, no tocante à assistência médica, hospitalar, psicológica e nutricional, propiciando-lhes melhor qualidade de vida.

Isso posto, podemos considerar a referida entidade perfeitamente habilitada para receber o título de utilidade pública.

Conclusão

Pela exposição de motivos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 748/2003.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Ricardo Duarte, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 883/2003

Comissão de Saúde

Relatório

De iniciativa do Deputado Márcio Passos, o projeto de lei em questão pretende declarar de utilidade pública o Núcleo Regional de Prevenção e Combate ao Câncer de Pedra Azul - NUPRECC/PAZ -, com sede nesse município.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que o analisou, preliminarmente, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a modificação proposta, vindo agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Núcleo Regional de Prevenção e Combate ao Câncer de Pedra Azul - NUPRECC/PAZ - é uma entidade civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, com duração indeterminada, que tem por finalidade promover a assistência social. Entre suas ações inclui-se a prestação de

serviços de saúde às pessoas carentes e aos portadores de câncer.

Para alcançar seus objetivos e especialmente para dar assistência aos que dele se valem, não fará distinção de idade, nacionalidade, raça, credo ou opinião política.

Pelo que foi aduzido, consideramos a citada entidade perfeitamente habilitada a receber o título de utilidade pública.

Conclusão

Considerando a exposição de motivos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 883/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Neider Moreira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 921/2003

Comissão de Saúde

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, visa a declarar de utilidade pública o Recanto de Apoio à Vida - REAVIDA -, com sede no Município de Monte Sião.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade; a seguir, foi encaminhada a esta Comissão, para deliberação conclusiva em turno único, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Recanto de Apoio à Vida, fundado em 2/12/99, é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo recuperar e reintegrar na sociedade alcoólatras e dependentes químicos, bem como assistir as respectivas famílias. Orienta permanentemente o público em geral, esclarecendo-o sobre o uso de entorpecentes e os danos que podem causar aos usuários.

Em vista da relevância das iniciativas da entidade, a aprovação deste projeto de lei, em nosso entendimento, é justa e necessária.

Conclusão

Pelas razões registradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 921/2003.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 972/2003

Comissão de Saúde

Relatório

De iniciativa do Deputado Ricardo Duarte, o projeto de lei em questão pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Apoiadores e Preventores da AIDS - AAPA -, com sede no Município de Ituiutaba.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que o analisou preliminarmente, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade; vem agora a esta Comissão, para deliberação conclusiva, conforme prevê o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A AAPA é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo primordial o estudo e a difusão de informações sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS -, oferecendo assistência social e humanitária aos portadores do vírus HIV. Propõe-se ainda a desenvolver projetos, na busca de uma política de saúde mais eficaz, incentivar a pesquisa e difundir informações sobre a doença na comunidade, buscando conscientizá-la com respeito à prevenção e à contaminação pelo vírus HIV.

Pelo que foi aduzido e pela importância da AAPA no contexto social, a consideramos plenamente habilitada a receber o título de utilidade pública.

Conclusão

Levando em consideração a exposição de motivos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 972/2003.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

82ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/10/2003

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas que comparecem a esta Casa para cumprir o dever que a sociedade mineira nos deu, boa tarde.

Nos últimos dias, esta Casa começou a tomar consciência da dimensão das questões apresentadas para discussão. Chegou o PMDI, o PPAG, um conjunto de projetos que alteram e criam taxas, e um volume de demandas da sociedade, o que tem levado a uma intensificação do trabalho das comissões. Cada um de nós, na dimensão particular de seu mandato, deve ter consciência de que as tarefas e responsabilidades, diante da agenda proposta, são enormes. Precisamos agilizar e intensificar nossa elaboração para apreciar projetos da dimensão do PMDI e PPAG, com a expectativa de aprofundamento que a sociedade vive.

Refiro-me, particularmente, a uma agenda trazida pela sociedade, expressa em diversos acontecimentos, referentes ao setor da saúde. Realizamos audiência pública com a Comissão Especial da Santa Casa. Por iniciativa dos Deputados Domingos Sávio e Carlos Pimenta, foi convocada nova audiência para tratar da situação do Hospital da Baleia. Outras demandas chegaram à Comissão de Saúde, particularmente sobre a questão dos transplantes.

Os problemas do setor da saúde aqui apresentados não podem ser tratados de forma pulverizada e desarticulada, mas à luz de um processo de reformulação das políticas públicas. A partir da realização da Conferência Nacional de Saúde, que se realizará no próximo mês, poderemos fazer modificações na política pública herdada. Se não discutirmos a questão do financiamento para a saúde pública, não encontraremos solução para a situação da Santa Casa, do Hospital da Baleia ou dos transplantados, nem para que o Governo do Estado aplique, no setor de saúde, o percentual estabelecido pela Emenda à Constituição nº 29. Faço essas referências porque, ao longo dos últimos dez anos, e desde o início do século passado, a saúde pública era vinculada às necessidades do capital. No começo do século passado, com o "campanhismo", foi necessário limpar os corredores de exportação. Eram frequentes as epidemias, que impediam que nossos produtos exportados tivessem credibilidade no mercado. Definiu-se, então, uma política pública que desse credibilidade aos produtos aqui produzidos, sobretudo agrícolas; que a política de saúde controlasse as epidemias em curso. Com o processo de industrialização, a resposta para cuidar da saúde dos trabalhadores, que o capital precisava ver em permanente ação. Tinham direito à saúde pública somente aqueles com carteira assinada. Os demais brasileiros eram tratados como indigentes.

É evidente que a luta do povo brasileiro, o desenvolvimento e o progresso da sociedade permitiram que avançássemos e chegássemos à Constituição de 1988 com grandes conquistas.

Digo isso porque a Constituição de 1988, no art. 295, concretizou e materializou uma política de saúde para atender a todos, dentro da visão da universalidade, integralidade e equidade.

A luta concreta dos trabalhadores e das comunidades das décadas de 70 e 80 levou a essa conquista. Mas, mais que isso, essa conquista também nos trouxe a Lei nº 8.080, que estabeleceu o SUS, e a Lei nº 8.142, que assegurou o controle social e a participação da comunidade na construção, na formulação das políticas públicas, e também na fiscalização dos recursos implementados.

Lembro que desencadeamos, principalmente na década de 90, grande luta em defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, do Deputado Federal Eduardo Jorge. O projeto expressava e consubstanciava uma política de financiamento mais completa e integrada, evidentemente sob os marcos de um governo neoliberal, do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que tinha o norte de assegurar que o Estado brasileiro estivesse a serviço do mercado, da desregulamentação de todos os processos, para que os monopólios e os capitais viessem para cá, transformando o País num paraíso do mercado.

O Projeto de Emenda Constitucional nº 169, do Deputado Eduardo Jorge, não foi aprovado. Houve a aprovação do projeto de emenda constitucional que se transformou na Emenda nº 29. Uma conquista da luta do povo brasileiro - e claro que nos marcos de um Congresso sob pressão do Executivo com outra política que não a política de bem-estar do povo.

Refiro-me à Emenda Constitucional nº 29, que nos trouxe garantias fundamentais. Ela garantiu a constitucionalização do fundo e do controle social; e assegurou no processo constitucional o financiamento e a garantia de recursos articulados e controlados, sobretudo dos três Poderes: a União, os municípios e o Estado. Foi uma grande conquista.

Temos a compressão de que, se a emenda constitucional do Deputado Eduardo Jorge tivesse sido aprovada, sem dúvida a União teria mais responsabilidades. Vejam, Deputados e Deputadas, houve grande perda, porque a União se desresponsabilizou de um percentual grande. Se tivéssemos aprovado o projeto do Deputado Eduardo Jorge, em 2000, haveria R\$57.000.000.000,00 de aporte; aprovada a Emenda Constitucional nº 29, houve 27.200.000.000,00. Uma queda significativa dentro da responsabilidade da União. Mas há grande responsabilidade do repasse dos municípios e do Estado. Os municípios têm de dar 15% dos seus recursos, e o Estado, 12%.

Concluindo as minhas preocupações, esclareço que temos agenda muito decidida na luta pelo reforço do financiamento público da saúde.

Muito me preocupa a tramitação nesta Casa de projeto referente às OSCIPs, embutindo a regulamentação das famosas organizações sociais que, no Brasil inteiro, servem de biombo para a privatização da saúde. Em São Paulo, 15 hospitais públicos foram repassados às organizações sociais. Trata-se de patrimônio público, servidores públicos, recursos públicos repassados às instituições de caráter privado. Receberam os hospitais, para o orçamento deste ano, R\$500.000.000,00; e os 42 hospitais públicos, R\$902.000.000,00; eles são três vezes mais e o percentual que receberam é menos de 2 vezes o que receberam os hospitais que estão sob o controle das organizações sociais. Nossa tarefa é fazer com que projetos que embutem privatizações de organizações públicas de saúde não sejam aprovados.

A defesa do financiamento público diz respeito ao Governo Federal, a Lula, ao Governo que meu partido defende. O Ministro do Planejamento cometeu grave erro ao incluir, na possibilidade de fazer cálculos dos gastos com a saúde, a alimentação sustentável. Não podemos admitir que os gastos com o Fome Zero sejam calculados no item saúde, de acordo com o que estabelece a Emenda à Constituição nº 29.

Já travamos essa batalha. Houve reunião com o Ministro do Planejamento para que envie decreto assegurando que a base do Governo Lula derrubará o veto, pois não admitimos que se reduzam os investimentos na área da saúde. Há três anos, não cumprimos o que estabelece a Constituição. O Estado de Minas Gerais deveria aplicar 10,5% dos impostos arrecadados na saúde. Pelo processo da execução orçamentária em

curso, no mês passado, o Governo Aécio Neves executou apenas 5,2%. Diante da situação, não temos condições de enfrentar a crise, de responder aos problemas da saúde, já que o não-cumprimento do repasse é crime constitucional e, sobretudo, crime social diante das demandas do povo. Os conselhos municipais precisam controlar os recursos públicos repassados pelo Governo Federal aos Fundos Municipais de Saúde. Secretários da Fazenda e do Planejamento do município destinam os repasses ao fundo único da Prefeitura. Temos de assegurar que esses recursos sejam desvinculados do fundo único e destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Temos dois desafios: reforçar a autonomia e a capacidade dos conselhos municipais do Estado e lutar, de forma denodada, para que se altere a remuneração da tabela do SUS, sobretudo nos procedimentos de baixa complexidade. Convoco os Deputados para que dêem sustentação e apoio aos conselhos. Estamos vigilantes para que o financiamento para a saúde seja assegurado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, vim a esta tribuna para mostrar a primeira avaliação da audiência pública realizada hoje, pela manhã, sobre o PPAG e o PMDI. Antes dessa avaliação, de maneira tranqüila, demonstro a minha estranheza sobre uma matéria que li na "Gazeta do Sudoeste", importante jornal do Sudoeste mineiro.

Vejam só os senhores! Na matéria, há uma reclamação do Deputado Federal e ex-Ministro Carlos Melles, que não entende como a Faculdade de São Sebastião do Paraíso - FACEAP - convidou, para proferir palestra, um Deputado de fora, e não, ele, que arrumou R\$2.000.000,00 para a execução de obras. Como acompanhava Patrus Ananias, sou parte integrante desse episódio. Patrus Ananias, além de Deputado Federal, é professor universitário, funcionário concursado da Assembléia Legislativa e Mestre, quase atingindo o doutorado em Filosofia. Ele proferiu palestra sobre assuntos gerais. A sua presença trouxe muitas pessoas a São Sebastião do Paraíso. Não havia mais lugar para muitos estudantes assentarem-se, pois a palestra foi muito concorrida. É um absurdo o que disse o Deputado Federal Carlos Melles. Patrus Ananias, Deputado Federal mais votado da história de Minas Gerais, não pode proferir mais palestras em São Sebastião do Paraíso? Aliás, nessa cidade, foi muito bem votado. Por exemplo, em Capitólio, parece que o Deputado Federal Patrus Ananias teve mais votos que o Deputado Federal Carlos Melles. Não tenho procuração para defender Patrus Ananias, mas as suas palavras parecem mais um choro e uma dor de cotovelo. O Estado tem de acabar com esse "curral". É um absurdo a Faculdade não poder convidar o Deputado Federal mais votado do Estado. Enfim, o importante é que os estudantes gostaram da palestra.

Hoje realizamos, de manhã, importante audiência pública de iniciativa desta Casa, sob a coordenação da Comissão de Participação Popular. Estiveram presentes o Secretário de Planejamento Antônio Anastasia e o Subsecretário Tadeu Barreto, para exporem sobre o PPAG e o PMDI. Ambos se manifestaram para uma platéia muito significativa. Vários Deputados e Deputadas e a própria sociedade civil estiveram presentes. O Plenário desta Casa ficou lotado.

Em primeiro lugar, queria destacar a importância desse evento. É a primeira vez que a Assembléia de Minas realiza um processo participativo mais amplo na análise do PPAG e do PMDI. Recentemente estive em um encontro em Brasília, com representantes de outras Comissões de Participação Popular, e posso afirmar que é a primeira Assembléia do País a fazer um processo dessa natureza, que agora vai se desdobrar em audiências nos dias 9, 16, 24 e 30, divididas em blocos temáticos e projetos estruturadores.

Faço aqui uma avaliação preliminar do dia de hoje. Um fato positivo: estamos discutindo, sem entrar ainda no mérito do que foi apresentado, a proposta de um rumo para Minas Gerais. Minas Gerais se ressentiu, nos últimos anos, de falta de planejamento, de rumo político, econômico e social, de dispersão de suas forças econômicas, sociais, populares e intelectuais, em vez de se agruparem em torno de um projeto comum, coisas que já aconteceram no passado. Relendo o livro do Prof. Otávio Dulci, relembra o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, realizado em 1903. Foi o primeiro encontro de elites econômicas mineiras, que apontaram para uma diversificação econômica no Estado. O próprio plano de recuperação econômica e fomento da produção do Governo Milton Campos, em 1947, foi base para ações posteriores do Governador Juscelino Kubitschek. Poderíamos também falar da década de 70, ainda que numa perspectiva autoritária e centralizada, em que a questão do planejamento estava em primeiro plano. Depois, nos últimos anos, sem entrar no mérito de Governo A, B, C ou D, percebemos uma clara falta de sintonia entre ação administrativa, ação política e planejamento de políticas públicas. O Estado foi se desintegrando, apresentando índices ruins, como o Índice de Desenvolvimento Humano, em que Minas Gerais ocupa o 11º lugar. Ou seja, um Estado que é o segundo em população, o segundo ou terceiro em economia, um Estado politicamente importante está em 11º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano, reflexo desse descaço histórico dos últimos anos. Hoje, o Secretário Anastasia apresentou as diretrizes gerais, as metas prioritárias, a meta síntese, a própria opção estratégica do Governo do Estado para reorganizar a máquina pública, retomar o desenvolvimento econômico e social e recolocar Minas no cenário nacional. Três opções estratégicas que se desdobram em dez objetivos prioritários, e, em torno desses objetivos prioritários, de segurança, transporte, políticas públicas sociais, infra-estrutura, redução de desigualdades regionais, entre outros, se estruturam, sendo redundante, 30 projetos estruturadores nessas várias áreas correspondentes a esses dez objetivos prioritários.

Depois de muito tempo, temos condição de discutir um plano para Minas Gerais. No caso do PMDI, prioridades até 2020; no caso do PPAG, prioridades até 2007. Acho muito importante que a sociedade mineira participe desse processo. Um plano não se constrói em gabinetes ou conselhos fechados. Um plano, para ter aceitação e adesão, condições para sua execução, precisa de ampla participação em sua concepção e em seu monitoramento. Portanto, é um espaço importante de escuta dos demais atores sociais em Minas Gerais.

Chamou minha atenção o fato de, nos debates de hoje, vários setores já terem apontado algumas lacunas desse planejamento. Em primeiro lugar, a assistência social realizou talvez uma das maiores conferências do Estado, com a participação de mais de 1.000 delegados. Hoje, houve unanimidade. O Subsecretário Tadeu Barreto percebeu a força social que busca incorporar a assistência social às prioridades do Estado de Minas Gerais.

Outra questão importante é a educação infantil. Só em Belo Horizonte há um déficit de 50 mil vagas. A LDB coloca a educação infantil como responsabilidade do município, mas queremos do Estado a cooperação técnica, as parcerias. Não basta transferir uma responsabilidade.

Além disso, as políticas de afirmação de setores, de gênero, dos afrodescendentes, das quotas e as políticas para a comunidade negra foram pontos levantados hoje. Chamo a atenção do Deputado Padre João, que nos representa no CONSEA, para o projeto estruturador para essa área, o Minas sem Fome, uma formulação da EMATER.

O objeto da 2ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar, o Plano Dignidade e Vida II, está disposto no conjunto do plano plurianual. É mais conveniente, por exemplo, agregar todas as sugestões tendo como eixo o plano que foi deliberado naquela conferência: o Plano Dignidade e Vida II. É evidente que todos esses debates serão realizados nos grupos temáticos e nas audiências posteriores.

Na região metropolitana, o transporte, na perspectiva econômica, é muito centrado no transporte de bens, de cargas. E, diga-se de passagem, isso é importante. Mas o transporte urbano, de gente, a concatenação das ações do DER com as dos municípios, uma vez que detêm autonomia para tratar de transporte, passam um pouco por fora do PPAG. Restringe-se à discussão do trem metropolitana, do metrô.

Poderíamos citar outros assuntos que foram abordados na parte da manhã - e todos terão aprofundamento e desdobramento a partir do dia 8 -, mas quero resgatar a importância de a Assembléia participar intensamente, por intermédio de seus Deputados, desse processo que trata de Minas Gerais.

Muita gente estava receosa de a Assembléia abrir esse processo e vir uma enxurrada de demandas muito localizadas. Legítimas, diga-se de

passagem, a ponte, a escola, o posto de saúde, o telhado, a reforma de um espaço público. Mas estamos discutindo rumos de política de habitação, política de saúde e estratégias de desenvolvimento econômico no Estado.

Além disso, mesmo com a realidade econômica do Estado, com um déficit no orçamento, para o ano que vem, de R\$1.400.000.000,00, temos uma despesa de mais de R\$20.000.000.000,00. Como está sendo realizada essa despesa? Os gastos de custeio estão tendo aplicação correta, com resultados eficientes e eficazes para solucionar as demandas e os problemas que afligem o dia-a-dia do cidadão?

Estamos preparando, com a Secretaria Estadual de Planejamento e a equipe técnica da Assembléia, mecanismos de reavaliação anual do plano plurianual, ou seja, ano a ano, avalia-se o cumprimento das metas e projetam-se outras metas para o ano subsequente. Vamos sair do planejamento estático, que, às vezes, fica bem encadernado na mesa do Secretário ou na estante do Governador, mas que não se traduz no dia-a-dia do cidadão.

Cabe a nós, parlamentares, exercer nosso papel de fiscalização.

Esperamos aprovar várias emendas, pois todas essas sugestões poderão ser transformadas em emendas. Queremos aprová-las e aperfeiçoar os planos do Governo, talvez até, em alguns casos, revejamos algumas diretrizes, o que faz parte do processo democrático. Estamos fazendo audiência não para homologar o que veio do Executivo. O próprio Executivo espera a contribuição autônoma e soberana desta Assembléia. Sabemos que, depois, o papel fundamental é, exatamente, o de avaliar o cumprimento do plano, até para que a Assembléia, o Governo, os instrumentos e os mecanismos de planejamento não percam sua credibilidade.

Sr. Presidente, encerrando, queria agradecer à equipe técnica desta Casa, que está envidando todo o esforço para tornar realidade esse primeiro e pioneiro processo de participação em plano plurianual e também vem agindo de maneira compartilhada com o Governo do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que os políticos brasileiros, particularmente aqueles que ocupam os centros das decisões, das execuções, fazem questão de perenizar a célebre observação do Presidente francês Charles De Gaulle, em sua visita ao Brasil, de que este não é um país sério. Concordo com De Gaulle, porque, somente em um país de pouca seriedade, o Presidente reduziria o orçamento para transporte de fundamental importância, como o metrô, enquanto ajuda a financiar o metrô de Caracas.

Esse mesmo Governo facilita o pagamento de uma dívida de Cuba - que me perdoem nossos simpáticos 'hermanos' -, e deixa que os hospitais cheguem ao seu limite, ao estrangulamento, como acontece com a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital da Baleia, por conta de uma tabela de remuneração de procedimentos médicos muito aquém do razoável, defasada nos últimos oito anos.

Somente em um país dotado de pouca seriedade, um Prefeito procura melhorar a cidade como vitrine, em prol dos seus projetos políticos, injetando fortunas em um anjo na Pampulha e na festejada reforma da Praça Sete. Certamente, sob as asas desse anjo, abrigar-se-ão as famílias que estarão desalojadas no final do ano, porque nada está sendo feito para impedir os impactos do próximo período chuvoso. Dezenas de famílias remanescentes das chuvas de janeiro último, que deixaram saldo trágico, continuam em hotéis e em abrigos, e a essas famílias, certamente, ajuntar-se-ão tantas outras, ainda fixadas em área de risco. As chuvas já estão batendo às nossas portas, mas, como naquela fábula da formiga e da cigarra, a administração pública continua enlevada pelo seu próprio canto, ocupando o espaço nobre da televisão para se propagandear.

O cerne do meu descontentamento, da minha preocupação é o destino das cerca de 100 pessoas que serão afetadas de forma cruel, diariamente, com o fechamento da unidade de pronto atendimento do Hospital da Baleia, que está a pedir socorro e não encontrou outro caminho senão o de fechar suas portas.

A exemplo do que acontece também com a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital da Baleia, 2º maior hospital filantrópico do Estado, sofre o impacto da tabela de remuneração do SUS, muito aquém do razoável, que ajudou a compor a dívida do hospital, da ordem de 3,8 milhões. É bom lembrar que 97% dos pacientes atendidos pela Baleia são do SUS.

A esperança de contornar o momento difícil por que passa a unidade hospitalar estava nos três convênios de captação de recursos no valor de R\$4.500.000,00, assinados ainda pelo ex-Governador Itamar Franco, mas cancelados depois de um repasse de apenas R\$300.000,00

Duas realidades saltam aos olhos diante dos fatos que ganham destaque na mídia, nas últimas semanas: uma é que este País, como disse De Gaulle, não é mesmo sério; e a outra é que o sofrimento do pobre continua sendo banalizado.

Como vai interpretar o pobre doente ou desempregado deste País a manchete do "Estado de Minas", que diz: "Crise encolhe saúde pública"? Como crise, se o País está até ajudando Cuba financeiramente, está construindo metrô em outro país e nosso Prefeito enfeitando sua vitrine com obras desnecessárias, incompatíveis com o atual momento?

Os postos de saúde e as UPAs estão com dificuldades; faltam leitos neonatais; as vilas, favelas e bicos apresentam esgotos a céu aberto. Hoje, tivemos uma manifestação dos sem-casa e sem-teto, em frente à Assembléia, pois há um enorme déficit habitacional no município.

Estou fazendo um levantamento dos recursos gastos pela Prefeitura com publicidade e garanto que o valor é suficiente para socorrer a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital da Baleia.

Deputados, manifesto minha indignação em relação aos atos de insensatez praticados no nosso município. Não podemos conceber que tanto dinheiro tenha sido jogado fora na reforma da Praça Sete, uma obra para inglês ver, enquanto nossas vilas, favelas, escolas e hospitais encontram-se nessa situação.

Quero, da tribuna, alertar a administração municipal de Belo Horizonte. Há uma enxurrada de denúncias, noticiadas por jornais, rádios e televisões, sobre o metrô de 22 anos. Essa não pode ser a gota d'água para encerrarem os trabalhos.

Quanto à segurança, quando era Vereador, lembro-me de que o Prefeito fez um contrato com o Estado, liberando R\$3.900.000,00 para equipar a Polícia Militar. No Barreiro, há mais de dois anos, tentamos recuperar um prédio público para lá instalar a 36ª Seccional. Primeiramente, eram necessários R\$80.000,00, depois falou-se em R\$200.000,00, R\$280.000,00, R\$300.000,00, mas nada se fez. Enquanto isso, os ladrões e marginais deitam e rolam na região. Podem alegar que a segurança é um dever do Estado, mas afirmo que é de todos nós, e a Prefeitura pode ajudar.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Deputado Célio Moreira, V. Exa. tocou em um assunto muito interessante. Há várias denúncias de

desperdício do dinheiro público em Belo Horizonte, mas nada se compara à questão da Praça Sete. Um mundo de pessoas que conhece essa praça há muitos anos reclamaram dessa reforma. Arrancaram todo o piso, que estava perfeito, pois não tinha nenhum buraco, concretaram, pintaram e colocaram meia dúzia de posteinhos em sua volta. Se mostrarem aos cidadãos que foram gastos nessa obra mais de R\$2.000.000,00, financiados pelo BEMGE, por intermédio do projeto SOMMA, ficarão revoltados. Há tantas áreas de risco, áreas sendo invadidas nas periferias, ruas intransitáveis, escassez de medicamentos nas policlínicas, pessoas morando embaixo dos viadutos - depois avaliaremos essa questão da moradia -, e a questão do metrô. Esse dinheiro poderia ser aplicado na obra do metrô, pois a Prefeitura não investiu nenhum centavo nessa empreitada. A questão da Praça Sete é uma imoralidade. Estou solidário com V. Exa. em relação a essa denúncia. É uma vergonha gastar tanto dinheiro na reforma dessa praça. Essa foi a maior demonstração de irresponsabilidade do Prefeito de Belo Horizonte. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Célio Moreira. V. Exa. faz uma denúncia da mais alta gravidade nesta tarde. Não farei agora uma denúncia, porque necessitarei de mais tempo, já que há tanta podridão, para expor documentos, datas, dados e pessoas. Em breve, exporemos as denúncias com relação à Prefeitura de Belo Horizonte. O mais grave é que existem milhões que a Prefeitura não quer receber. Mostraremos quem são, qual o valor e porque se recusam a receber. Ao mesmo tempo que encerram o atendimento em dois hospitais, gastam, não R\$2.000.000,00, mas R\$5.000.000,00 na reforma da Praça Sete, para fazer nada. Chamamos esse tipo de obras de "obra inhanha", pois não leva a lugar algum. Como se estivéssemos no Primeiro Mundo e todos os problemas sociais estivessem resolvidos, dão-se ao luxo de quebrar um piso que está bom, para enfeitarem um pouco mais a praça. Isso é para quem não tem mais nada para fazer. As pessoas que nos vêem pela televisão podem escrever: quando chegarem dezembro e janeiro, com as chuvas, veremos as mesmas áreas de risco abandonadas pela Prefeitura. Há denúncias piores do que essa, mas precisamos de mais tempo para expô-las. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Quando Vereador em Belo Horizonte, apresentei um relatório apontando as prioridades nas áreas de risco, mas tudo continua do mesmo jeito. Por meio do Orçamento Participativo, as comunidades discutem, no maior desespero, as prioridades, para escolher uma. A obra da Praça Sete não foi realizada pelo orçamento participativo, porque não é prioridade. Estão jogando dinheiro público no ralo. Aquela obra é para inglês ver, ou seja, para os visitantes acharem bonito, enquanto os nossos hospitais, as escolas e as comunidades mais carentes passam por dificuldades. Estou realizando um levantamento do orçamento de todo o período. A Prefeitura está endividada, cortando 25% dos telefones. Denunciam que a próxima campanha será a dos "outdoors", porque está tudo irregular. Não há fiscalização nenhuma.

Está deitando e rolando. Antes de passar a palavra ao companheiro Paulo César, vou dar um cartão amarelo para a administração de Belo Horizonte, alertando que poderei dar um vermelho.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - O vermelho a população é quem vai dar daqui a pouco.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte)* - Obrigado pelo aparte. Deputado Célio Moreira, esses desmandos têm acontecido não só aqui, mas também em várias cidades de Minas Gerais. Em Nova Serrana, minha cidade, onde fui Prefeito por duas vezes, essa situação ocorre. Fiz algumas denúncias ao Promotor de Crimes Contra Prefeitos, no Ministério Público, mas, até hoje, providência alguma foi tomada. Nos últimos dias, alguns fatos vêm ocorrendo em Nova Serrana. Vemos as dificuldades por que passam os municípios de Minas Gerais devido à diminuição das receitas. Todavia, há pouco tempo, o Prefeito promoveu uma festa em praça pública, um "show" com Zezé de Camargo e Luciano, gastando mais de R\$100.000,00. No último final de semana, patrocinou, pagou parte de outro "show", que seria beneficente para uma entidade de Nova Serrana. Depois, soubemos que esse "show" causou enorme prejuízo. Ficamos sabendo ainda que, na última segunda-feira, em uma escola da cidade, uma criança de apenas oito anos encontrava-se com um revólver, do qual três balas já haviam sido deflagradas. Quando a Polícia Militar foi chamada para fazer a ocorrência, o Prefeito pediu que o fato não fosse divulgado, visto que se tratava de escola municipal e causaria prejuízo à sua administração.

Esses desmandos acontecem em todo o Estado, mas já solicitamos providências. Pedimos a esta presidência que nos ajude, a fim de que os requerimentos encaminhados ao Promotor de Crimes contra os Prefeitos sejam agilizados e as providências sejam tomadas. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Deputado Paulo Cesar, estaremos atentos. Não vou apenas criticar. O que for bom vamos elogiar. As comunidades carentes estão passando por dificuldades. Priorizar uma obra do porte daquela da Praça Sete, é afrontar as comunidades que vêm gritando, lutando por suas prioridades, há mais de 12 anos.

Alerto nosso Prefeito de que está indo no caminho errado. Quero que ele encontre o caminho certo. A comunidade, com certeza, irá aplaudir. Nos últimos meses, venho fazendo levantamento de algumas obras. Deputada Jô Moraes, no Barreiro, a drenagem feita no Conjunto Teixeira Dias é uma obra para a qual dou cartão verde. As obras estão surgindo agora, pois estamos na véspera das eleições. Até o próximo ano, muitas surgirão, inclusive as constantes no Orçamento Participativo de 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998. O orçamento é anual, mas essas obras não foram concluídas. Estou atento e espero não ter de dar um cartão vermelho. Sr. Presidente, agradeço-lhe a gentileza. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/9/03, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Simões

exonerando Elza Geralda da Paixão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Kênia de Souza Barbosa do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando Luis Henrique Ribeiro do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando Marcos da Luz Evangelista Lima Martins do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando Maria do Perpétuo Socorro e Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Kênia de Souza Barbosa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Luis Henrique Ribeiro para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Marcos da Luz Evangelista Lima Martins para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

nomeando Maria do Perpétuo Socorro e Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Morelo Araújo de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

nomeando Ronaldo Fátima de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Vicente Raymundo do Nascimento do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Movimento Democrático Brasileiro;

nomeando Maria Zilda Bernardes Bontempo do Nascimento para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Movimento Democrático Brasileiro.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado George Hilton dos Santos Cecílio, matrícula 9662-8, no período de 30/9/2003 a 7/10/2003.

Mesa da Assembléia, 7 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Banco Bemge S.A. Objeto: termo de adesão ao contrato de prestação de serviços financeiros entre o Estado e o Banco Bemge. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 60 dias a partir de 17/9/2003.